



PESSOAS e LUGARES

Lançamento de novos negócios

Políticas de proximidade e
medidas de acompanhamento
reduzem insucesso

p.11

Empreendedorismo em outras fases da vida

A oportunidade de mudar

p.12



Empreendedorismo

Dificuldades, desafios e casos de sucesso no Mundo Rural

Desenvolver o empreendedorismo

Análises e propostas p.14-16

Fator de risco ou de sucesso?

Abordagem LEADER
e o empreendedorismo
por Rui Rafael

p.18

Do jovem agricultor ao jovem empresário rural

Prioridade à aposta na
competitividade e diversificação
por Firmino Cordeiro

p.21

Empreender nos territórios rurais

No contexto económico e social atual, com uma grave crise da qual não se antecipa uma rápida saída, a escolha do empreendedorismo para tema central deste número do Pessoas e Lugares ganha uma pertinência acrescida.

Se é verdade que o espírito empreendedor deve ser sempre estimulado e desenvolvido, este período de maiores dificuldades convoca uma atitude ainda mais realizadora. A capacidade de criar, inovar e correr riscos é determinante para a construção de um futuro melhor, tanto individual como coletivo, pelo que também aqui queremos dar um contributo para refletir sobre esta realidade.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm tido, desde a sua constituição, um trabalho fundamental na promoção do empreendedorismo. Desde logo porque este está na sua génese, constituindo-se as ADL como um claro resultado da capacidade empreendedora dos territórios.

Numa determinada altura da nossa história recente, em que era preciso criar novas respostas para o desenvolvimento das zonas rurais, as populações e entidades dos territórios organizaram-se para criar as ADL. Constituindo-se como parcerias em que predomina a sociedade civil, tornaram-se entidades dinâmicas, que vão reinventando as suas formas de atuação para corresponderem às necessidades de territórios em transformação.

Através da experiência de aplicação do LEADER – que, na sua essência, é uma metodologia de promoção do empreendedorismo, no seu sentido mais amplo – e de outros programas com objetivos semelhantes, as ADL afirmaram-se como verdadeiros centros de excelência na promoção do empreendedorismo. A abordagem do empreendedorismo no movimento das ADL incorpora um conceito muito lato que abrange realidades muito diversas como a dinamização do associativismo, da participação cívica, da capacidade de inovar e de “ousar fazer”.

Este posicionamento tem permitido que as ADL desenvolvam um trabalho muito positivo a dinamizar o espírito empreendedor, a apoiar tecnicamente os promotores e os seus projetos, e a criar redes de partilha e de cooperação, numa perspetiva de trabalho em rede com outros parceiros do território, mas

também integrando dinâmicas nacionais e transnacionais.

Os resultados desta atuação são expressivos: desde 2009, as ADL foram capazes de dinamizar mais de 5.000 candidaturas à Abordagem LEADER dos Programas de Desenvolvimento Rural. Este número é expressivo do dinamismo que, quando adequadamente estimulados, os territórios rurais revelam e do potencial de desenvolvimento que possuem.

Essas candidaturas traduziram-se em quase 2.500 projetos aprovados, com um financiamento público próximo de 300 milhões de euros, que com o investimento privado, representa um investimento total superior a 500 milhões de euros nos territórios rurais aplicados em iniciativas de investimento na área produtiva, do património e no reforço e consolidação do associativismo e da área social. Se estes números são por si impressionantes, particularmente em tempos de crise, é importante acrescentar que eles permitem a criação de mais de 2.500 postos de trabalho, percebendo-se, assim, o verdadeiro impacto da intervenção das ADL ao nível do empreendedorismo.

Trata-se de um trabalho que tem valido o melhor dos reconhecimentos por parte dos parceiros, públicos e privados, dos territórios rurais, mas que é necessário divulgar além fronteiras do espaço rural, disseminando as boas práticas mesmo para territórios urbanos.

A capacidade de empreender constitui um aspeto fundamental do exercício e da consolidação da cidadania. Esta capacidade aplicada em diversas dimensões da nossa vida individual e da nossa vivência em comunidade, permite o ato da criação, da criatividade e da inovação, fundamentais à construção de uma sociedade mais justa, sustentável, equilibrada e coesa.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 02 . setembro 2011 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Miguel Amorim), Empower (Henrique Baltazar, Álvaro Góis)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Teresa Nogueira (Empower)

Colaboraram neste número

Mark Redman, Rui Rafael, António Carrizo Moreira, Firmino Cordeiro

Fotografias

TAGUS/Paulo Sousa, ADELIAÇOR, José Carlos Aleixo/7 Maravilhas, António Lourenço, ADICES, QMN, ADRACES, NAUTUR

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)
Mapa da rota adaptado de original de Rui Campos

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

000000/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt

Plano de Emergência Social em vigor até 2014

O Plano de Emergência Social que o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, apresentou em agosto, estará em vigor até 2014. Este plano vai tentar dar resposta à grave crise social e económica que o país atravessa, estando previsto canalizar 400 milhões de euros para o programa só em 2013.

O plano, composto por 30 medidas, prevê a entrega gratuita a idosos dos medicamentos em final de prazo de validade (nos últimos seis meses, que de acordo com a legislação em vigor têm de ser destruídos). Esta distribuição deverá ser efetuada através das instituições sociais, estimando o governo que numa fase inicial

sejam disponibilizadas entre 30 e 35 mil embalagens.

Outra das medidas que maior eco teve na comunicação social é o aumento do subsídio de desemprego dos casais com filhos, em que ambos os membros do casal estejam desempregados. O Governo decidiu que estes casais terão um aumento de dez por cento no subsídio de desemprego, medida que vigorará até dezembro de 2014. Perante o elevado número de desempregados, que se prevê que irá ainda aumentar no próximo ano, o governo estima que esta medida irá afetar cerca de cinco mil casais.

O Governo decidiu também o descongelamento das

pensões mais baixas em 2012, o que representa um custo de 70 milhões de euros. Esta medida tem uma particular importância, pois, só pelo efeito da inflação, o congelamento destas pensões iria resultar numa diminuição real do poder de compra destes pensionistas, muitos dos quais têm enormes dificuldades para subsistir.

Se a maioria das medidas apresentadas visa reduzir as dificuldades das pessoas com maiores carências, numa lógica que muitos classificam como sendo assistencialista, como a distribuição gratuita de alimentos ou a criação de tarifas sociais no gás e na eletricidade, é proposto também

o lançamento de um programa nacional de **microcrédito** para promover a empregabilidade e apoiar o empreendedorismo.

Não se sabendo ainda em que moldes é que este programa irá funcionar, os bons exemplos que já existem em Portugal revelam que o sucesso desse programa será tanto maior quanto melhor for o acompanhamento realizado aos empreendedores que pretenderem recorrer ao crédito. Com efeito, muitos destes empreendedores têm boas ideias e excelentes qualidades para se tornarem empresários, mas necessitam de um apoio de proximidade que os ajude tanto antes de lançarem o negócio como nos primeiros tempos de atividade.

Deve-se a **Muhammad Yunus**, e à experiência que desenvolveu em Jobra, no Bangladesh, em meados da década de 1970, a difusão da prática do **microcrédito** como instrumento de promoção económica e social. O Grameen Bank (www.grameen-info.org), que apoia mais de 7 milhões de microempreendedores, e o próprio Yunus, seu fundador, receberam o Prémio Nobel da Paz em 2006.

Proposta da Comissão Europeia para o FEADER 2014-2020

Melhorias na aplicação do LEADER

No início de outubro, a Comissão Europeia irá apresentar a sua proposta de regulamento para o Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER), a ser legislado pelo Parlamento Europeu e Conselho da Europa, após negociação entre a Comissão, essas instituições e os Estados-Membros. O PESSOAS E LUGARES teve acesso à versão preliminar do documento que a Comissão irá apresentar, que aponta um caminho com novos desafios para o LEADER.

Recorde-se que o FEADER é um dos dois fundos comunitários que constituem os instrumentos financeiros da Política Agrícola Comum (PAC) (o outro é o FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia). Enquanto o FEAGA financia os pagamentos diretos

aos agricultores e as medidas para regular os mercados agrícolas, o FEADER financia os programas de desenvolvimento rural dos Estados-Membros, em que se enquadra o LEADER.

De acordo com a proposta de regulamento, o LEADER deverá continuar no futuro, mantendo-se a sua aplicação obrigatória nos Programas de Desenvolvimento Rural de cada país, pois a Comissão reconhece-o como um componente essencial do programa de desenvolvimento Rural europeu.

A Comissão propõe ainda que o montante mínimo que cada país consigna ao LEADER deverá continuar a ser de cinco por cento do que recebe do FEADER. Cada Estado-Membro terá liberdade de definir um montante superior, tal como aconteceu

com Portugal e vários outros países no atual período de programação, até porque muitas têm sido as vozes a propor que o orçamento do LEADER aumente, por lhe ser reconhecido um grande potencial na dinamização das economias locais.

Além disto, o documento revela que a Comissão pretende que o financiamento do LEADER através do FEADER seja consistente e coordenado com os financiamentos com origem noutros fundos comunitários, o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu das Pescas (FEP) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Esta coordenação será realizada a um nível subregional, através da capacitação, seleção, aprovação e financiamento das Estratégias de Desenvolvimento Local.

Ou seja, a implementação da Estratégia de cada território passará a ter a contribuição de mais de um fundo. Haverá sempre um fundo “conductor”, mas esse apenas deverá financiar os custos de funcionamento, animação e trabalho em rede ligados à estratégia.

Associado a isto, é também proposto que o aumento das verbas destinadas a despesas de gestão dos Grupos de Ação Local (GAL) e de animação do território, do atual máximo de 20 para 25 por cento. Este aumento é de grande significado, pois vem reconhecer e valorizar a importância dos projetos imateriais e dos GAL como organismos-chave para a dinamização do território.

No que respeita aos projetos de cooperação transnacional, tornar-se-á mais fácil

a seleção de um parceiro de projeto (por exemplo, poderá não ser um GAL), sendo definido um limite de tempo para o processo de tomada de decisão (quatro meses após a data de submissão do projeto).

A Comissão Europeia pretende que esteja realizada a seleção de todos os GAL e respectivas estratégias até 15 de dezembro de 2015.

Caso a proposta da Comissão seja apresentada e aprovada tal como a versão preliminar se encontra a que o PESSOAS E LUGARES teve acesso, as notícias para o desenvolvimento do Mundo Rural parecem positivas, pois reforçam a intervenção territorializada, que se tem revelado ferramenta fundamental de desenvolvimento.

Federação MINHA TERRA sublinha que toda a comparticipação nacional é recuperada através de impostos

Assunção Cristas garante que Portugal não vai devolver verbas do PRODER

A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), Assunção Cristas, garante que não está em causa qualquer devolução a Bruxelas de verbas comunitárias destinadas ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). A garantia foi deixada aos jornalistas no final da sessão de abertura do VI Congresso Ibérico de Agro-Engenharia, a que presidiu na Universidade de Évora.

“Eu diria que, nos tempos idos, o problema foi ‘vamos devolver dinheiro a Bruxelas’. Neste momento, o problema é ‘temos que encontrar dinheiro nacional para pôr em todos os projetos’” do PRODER

que estão comprometidos, disse a Ministra.

Questionada sobre a taxa de execução do PRODER até agosto, Assunção Cristas disse que esta se encontra “na casa dos 40 por cento”, mas preferiu destacar a taxa de comprometimento do programa, que é de “cerca de 89 por cento”.

“Há um grau de comprometimento muito elevado” e, por isso, a “maior preocupação” do MAMAOT “não é com a devolução de verbas, porque essa não ocorrerá”, é sim “arranjar a comparticipação nacional para todos esses projetos que já foram aprovados e estão comprometidos”.

Lembrando que o ministério está “a trabalhar desde o primeiro dia” na canalização

de verbas para o PRODER, tendo já sido libertados 25 milhões de euros, Assunção Cristas frisou que, até final do ano, são precisos mais de “30 milhões de euros”.

“Não podemos, globalmente, aumentar a despesa, porque isso compromete o objetivo do défice. Portanto, o desafio é, com trabalho de ‘formiguinha’, procurar onde há verbas, umas aqui e outras ali, que possam ser canalizadas para o PRODER”, disse.

Regina Lopes, presidente da MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local congratula-se com o compromisso assumido pela Ministra Assunção Cristas, sublinhando que “é fundamental que

o governo assegure a parte da comparticipação nacional do PRODER”. Tanto mais, acrescenta, que “dado que o cofinanciamento nacional do programa é inferior a 22 por cento, só através do IVA, que incide sobre quase a totalidade dos projetos apoiados, o Estado recupera as verbas canalizadas para o programa. A isto acrescem o IRS e IRC devidos à dinamização económica dos sectores apoiados, as contribuições para a Segurança Social resultantes da criação de emprego e a diminuição dos custos com subsídios de desemprego. O impacto orçamental acaba, portanto, por ser positivo. O investimento no PRODER é um excelente negócio para o Estado”.

Inaugurações LEADER nas Terras do Sousa e Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

Dois projetos apoiados no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, através da ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa e ATAHCA – Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, foram inaugurados em julho.

A ADER-SOUSA inaugurou (no dia 23) o novo espaço cultural, desportivo e recreativo da freguesia de Baltar (em Paredes) – Baltarte –, um investimento de 149.497,97 euros participado pelo LEADER no valor de 112.123,47 euros.

A infraestrutura, única na freguesia, tem por principais objetivos sensibilizar a população para a cultura e a arte, aumentar o número de atividades de animação cultural, desportiva e recreativa e serviços de apoio aos tempos livres das crianças e jovens, combater o isolamento da população mais idosa e promover o intercâmbio cultural entre diferentes entidades da freguesia e concelho.

A ATAHCA abriu (a 24) o Parque de Campismo Rural de Aboim da Nóbrega, em Vila Verde. O parque, com uma área de cinco mil m², tem capacidade para albergar 60 tendas, 10 caravanas e dois *bungalows* T2.

Pela sua componente de utilização das energias renováveis (eólica, solar e hídrica – no futuro) e excelente localização numa zona de montanha com uma grande diversidade natural, o parque é apontado como uma infraestrutura “de topo a nível regional e nacional”.

Associada à dinâmica turística que se pretende lançar em torno do equipamento – onde também existe um minigolfe, ténis de mesa, área para piscina – foi inaugurada, no mesmo dia, uma rede de percursos pedestres, equestres e de BTT.

Desumanização do território entre as principais causas dos incêndios

Área ardida em Portugal continua muito elevada

Todos os anos, Portugal é flagelado por grandes incêndios que destroem floresta, mato e até residências, deixando para trás um rasto de destruição, com um elevado custo ambiental, económico e, até, perda de vidas humanas.

Segundo o Sistema Europeu de Informação de Fogos Florestais, 2010 foi um ano muito negativo, em que 50 por cento da área florestal ardida em toda a Europa foi portuguesa, gerando prejuízos estimados em 210 milhões de euros.

Em 2011, os dados disponíveis até 31 de agosto indicam que a área ardida é,

de acordo com o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo, “inferior à média dos últimos dez anos [...] É preciso trabalhar para que essa área ardida seja reduzida” no futuro. “Para a resolução desse problema é preciso fazer o reordenamento florestal”, sublinhou o Secretário de Estado, afirmando que espera “que seja aberta uma nova página no modelo de gestão florestal através da alteração do modelo da gestão da propriedade rústica”.

Estas medidas procuram colmatar uma realidade de

resolução ainda mais difícil, que está entre as causas que mais contribuem para a gravidade dos fogos: a desumanização do território.

O êxodo das populações rurais para as cidades levou a que muitos dos terrenos agrícolas deixassem de ser trabalhados e que as áreas florestais deixassem de ser limpas, desenvolvendo-se matos com elevada carga combustível.

É frequente vermos no mundo rural antigas habitações agora abandonadas. Enquanto ali viveram pessoas, os terrenos à volta eram trabalhados. Com o abandono,

começaram a ser ocupadas por vegetação espontânea que, gradualmente, passou de vegetação herbácea, para sub-arbustiva (matos) e depois mesmo até para vegetação arbórea.

Assim, o abandono do Mundo Rural fez com que áreas por onde o fogo não evoluía com facilidade se tornassem em terrenos propícios para a propagação dos incêndios, criando enormes zonas de continuidade de floresta e matos, que são o cenário ideal para o desenvolvimento dos grandes incêndios, responsáveis por parte significativa da área ardida em Portugal.

Se associarmos a isto os dados sobre a evolução climática, que revelam a subida das temperaturas médias no nosso país, o cenário não é animador. Serão certamente necessárias medidas que permitam fixar as populações rurais, e mesmo atrair mais população, para que Portugal possa escapar ao flagelo dos incêndios que, ano após ano, consomem o território.



Proposta visa combater a Fome

FAO: 2014 – Ano Internacional da Agricultura Familiar

O Comité da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aprovou por unanimidade, na 37ª sessão da organização, ocorrida no final de junho, em Roma, decretar 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A proposta, colocada pelas Filipinas, foi aprovada por todos os Estados-Membros, depois de uma campanha mundial na qual participaram centenas de organizações ligadas ao desenvolvimento rural e à luta contra a fome. O apoio da FAO é primordial para que a ONU também adote esta campanha, sendo a decisão final determinada a 20 de setembro [após o fecho desta edição] durante a reunião geral da Organização em Nova Iorque.

Esta primeira conquista é fundamental para que a agricultura familiar tenha o merecido destaque ao nível

internacional como produtora de alimentos e como um dos principais atores na luta pela segurança e soberania alimentar, consideram as organizações que levaram a cabo a campanha, acrescentando que a luta pela erradicação da fome no mundo passa diretamente pela produção da agricultura familiar.

Iniciada em julho do ano passado, a campanha pelo Ano Internacional da Agricultura Familiar teve como objetivos promover em todo o mundo a concretização de políticas públicas que garantam a viabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar com sustentabilidade, potenciar o papel das organizações e movimentos sociais defensores do meio ambiente, e sensibilizar a sociedade civil para a importância de agricultura familiar na luta contra a pobreza.

“Consulta à Sociedade Civil sobre o Futuro da PAC – Um ano depois – A nossa voz foi ouvida?”

Convenção Agrícola e Rural 2020

Com o objetivo de analisar até onde as propostas sobre a reforma da PAC, expressas em 2010 por uma grande variedade de organizações da sociedade civil, foram aceites pelas instituições europeias, e discutir como a sociedade civil pode continuar a contribuir para o processo reforma da PAC, a Convenção Agrícola e Rural 2020 (ARC 2020) organizou, a 13 de julho, a sua 2ª Conferência com o tema “Consulta à Sociedade Civil sobre o Futuro da PAC – Um ano depois – A nossa voz foi ouvida?”.

O processo de reforma da PAC, que está já bastante avançado, aguarda a apresentação das propostas legislativas da Comissão Europeia, que serão publicadas em outubro, que serão depois alvo de negociação com o Parlamento Europeu, que já aprovou resoluções relativamente ao futuro da PAC, e com os Estados-Membros, que estão a tentar encontrar um terreno comum para o entendimento, mas a partir de posições muito distantes.

A conferência de julho da ARC analisou assim o grau de influência das suas ideias sobre a reforma da PAC, expressas pelas organizações da sociedade civil na conferência do ano passado, em Bruxelas, bem como das iniciativas que se seguiram. Analisou também se estas foram aceites pelas instituições europeias e como poderá a sociedade civil continuar a participar no processo de moldar a reforma durante o próximo ano.

A Conferência foi coordenada pela ARC e pelo Comité Económico e Social Europeu.

Enviado da ELARD faz balanço positivo

A European LEADER Association for Rural Development (ELARD), da qual faz

parte a Federação MINHA TERRA, esteve representada na conferência por Stefanos Loukopoulos, que fez um relato muito positivo da mesma: “devo dizer que fiquei muito satisfeito com o rumo que o debate tomou, isto é: uma mudança de paradigma rural, a integração das questões ambientais na PAC, o impulso de uma mudança sistémica na produção de alimentos e na sua forma de comercialização [...] e, claro, um renascimento rural (rejuvenescimento e de regeneração das zonas rurais)”.

A discussão centrou-se ainda sobre os principais argumentos negativos por parte do Conselho e do Parlamento Europeu contra a integração das questões ambientais e a introdução de limites de pagamentos máximos aos produtores.

Sobre uma PAC mais verde, as duas instituições argumentam que isto irá criar mais burocracia, enquanto em relação ao estabelecimento de limites o argumento prende-se com o facto de que não se pode tirar dinheiro daqueles que são mais competitivos.

“Ao nível do Conselho, fomos dito que a Alemanha não vê nenhuma razão real para mudar a PAC (especialmente para a tornar mais verde), enquanto a França tem uma posição semelhante, que no entanto está a mudar gradualmente, graças às pressões internas”, relata Stefanos Loukopoulos.

O enviado da ELARD acrescenta que sobre o Desenvolvimento Rural, foi referido na Conferência da ARC que os Estados-Membros não o veem como uma questão suficientemente “sexy”, principalmente devido ao cofinanciamento e à necessidade de um extenso planeamento e organização. “Na mesma

nota, devo dizer que o núcleo da ARC expressa a sua visão de que a política de desenvolvimento rural deverá ser reforçada”, relata, posição que o próprio defendeu também na conferência.

A posição da ELARD sobre a importância do LEADER foi também debatida e tomada em consideração, tendo sido defendido que a metodologia deve liderar o Segundo Pilar como uma abordagem *bottom-up* de sucesso para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável para 2020.

O Comissário Europeu Dacian Cioloș começou por dizer que as “vossas vozes foram ouvidas”. Cioloș garantiu que os dois pilares da PAC vão ter um melhor equilíbrio e sublinhou que o Segundo Pilar não se vai tornar a rede de segurança do primeiro, acrescentando que é preciso haver mais complementaridades entre os dois.

Sobre o LEADER, o Comissário Europeu disse: “nós vamos certificarmo-nos de que o LEADER não vai perder a sua vocação original como uma alavanca para a inovação”. Além disso, revelou planos a desenvolver em simultâneo com o LEADER – uma “*start-up* LEADER” que se está a preparar e um incentivo aos novos Estados-Membros e pequenos territórios para desenvolverem estratégias de desenvolvimento local.

Segundo Cioloș, estas iniciativas só serão divulgadas em pormenor em outubro. O Comissário revelou ainda a intenção de sugerir um novo instrumento da União Europeia (com um pequeno orçamento), que terá um papel na iniciação de pequenos projetos. Finalmente, Dacian Cioloș concluiu que uma dimensão rural-urbana será incluída no LEADER.

Governo quer mediatizar Economia Social

Mediatizar a solidariedade social. Foi com esta mensagem que o secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social procedeu à abertura das “Conferências de Economia Social”, organizadas entre os dias 12 e 16 de setembro, na Fundação Cidade de Lisboa, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

“Um banco de ideias como este e um banco de boas práticas são muito úteis num âmbito social e a nível local, para permitir o alargamento dessas boas ideias com boas práticas”, afirmou Marco António Costa, assumindo que mediatizar e tornar as ações de solidariedade social mais visíveis é uma intenção do Governo. Isto num setor que representa 5% do PIB (cerca de 10 mil milhões de euros) e é constituído por cerca de nove mil instituições, desde caixas económicas e de crédito

mútuos, associações, IPSS, misericórdias ou cooperativas, como sublinhou o jornalista do Diário Económico, Francisco Ferreira da Silva, num dos painéis.

Por seu turno, Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, anunciou, no encerramento do Congresso, que o governo vai promover um programa de formação para dirigentes de instituições de economia social.

“É para nós absolutamente essencial conseguir garantir a capacitação, a formação dos quadros destas instituições. Esta aposta originou a que o governo apresentasse, dentro do POPH, um programa específico de formação de dirigentes da própria economia social”, explicou o ministro aos jornalistas.

Com o título “Conhecer o Presente. Confiar no Futuro”, as conferências tiveram a

participação de vários oradores destinados a debater o conceito, a História e a realidade da Economia Social em Portugal e na Europa, os desafios da inovação e do Empreendedorismo Social, a Reforma da Legislação do Setor, a criação da Conta Satélite e do Observatório da Economia Social em Portugal, no contexto Europeu.

Uma das mais interessantes conclusões das conferências é a premência de uma “interferência jurídica” na evolução do 3º setor, na medida em que a existência de vazios legais pode trazer “tensão” entre os interessados, assim como visões antagónicas entre os mesmos *stakeholders*. “O contributo jurídico traz patamares de estabilização”, defendeu Rui Namorado, professor da Universidade de Coimbra. Na mesma linha, Margarida Couto, da Sociedade de Advogados

Vieira de Almeida & Associados, referiu que o atual modelo legislativo é antigo e delineado para um momento e contexto socioeconómico diferente da realidade atual. Por exemplo, o regime das Fundações é da década de 60, o de Utilidade Pública remonta à década de 70 e a lei das IPSS à década de 80. A anos-luz do momento que vivemos atualmente.

A CASES, que organizou esta iniciativa, é uma cooperativa de interesse público da qual fazem parte o Estado, com dois terços do capital social, e algumas entidades do terceiro setor, tendo por principal objetivo promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do País.



Economia Social e Solidária

Fórum em Montreal

Montreal, a maior cidade da província canadiana do Quebec, receberá de 17 a 20 de outubro o Fórum Internacional de Economia Social e Solidária – FIESS 2011. Território e Desenvolvimento Local, Inovação e Empreendedorismo, Comércio justo, Trabalho, Emprego e Segurança alimentar são os temas de trabalho propostos.

Entre os principais objetivos do FIESS 2011 está a criação de um diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil para o desenvolvimento de políticas públicas para a economia social e solidária. O fórum é organizado pela *Chantier de l'Economie Sociale*, em parceria

com o governo e a cidade de Montreal, Quebec.

Assim, espera-se reunir os principais atores da economia social e solidária de países do norte e do sul, fortalecer as parcerias entre a sociedade civil e o governo, destacar boas práticas de economia social e solidária, e incentivar o intercâmbio de ideias em torno do tema a nível internacional.

De acordo com a organização do FIESS 2011, a economia social e solidária é resultado de práticas coletivas de desenvolvimento sustentável que contribuem para a construção de um mundo mais justo e equitativo.

www.fieess2011.org

Porto: Jornada Internacional de Empreendedorismo Social

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto será palco, a 13 de outubro, da Jornada Internacional “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”. O evento, em que serão apresentados resultados preliminares do Projeto EMPSOC, tanto no eixo político como organizacional, contará com diversos especialistas portugueses, como a responsável pelo projeto, Cristina Parente, do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e peritos internacionais, nomeadamente, Jordi Estivill, da Asociación para la Promocion

e Insercion Profesional, e Alberto Fernández López, da Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid.

A jornada dará também lugar à 5ª Edição do Mês do Terceiro Setor, com uma mesa-redonda sobre os desafios legais e políticos da Economia Social. Eduardo Graça, Presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Deolinda Meira, Jurista do ISCAP – Instituto de Contabilidade e Administração do Porto, e Margarida Couto, Jurista da Vieira de Almeida & Associados, são os oradores confirmados.

A moderadora Carlota Quintão, do Instituto de Sociologia da FLUP e da Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor, explica:

“Um dos resultados que esperamos obter com o projeto que apresentaremos nestas jornadas é esclarecer o que é exatamente empreendedorismo social em Portugal. O objetivo central é perceber a que práticas sociais corresponde esta designação e como se pode aproximar o conceito à realidade portuguesa.”

A participação nestas iniciativas é gratuita, mas a inscrição é obrigatória.

geci@letras.up.pt



© Dreamstime.com

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

Risco de desertificação é real

No âmbito do combate à desertificação, Portugal tem assumido um papel preponderante e exemplar, tendo sido um dos primeiros países do mundo a subscrever e ratificar a Convenção de Combate à Desertificação, promovendo a participação das populações e das instituições das áreas afetadas no seu Programa de Ação formalmente aprovado.

A desertificação é a degradação da terra, por causas naturais e atividades humanas, em regiões de climas secos, sabendo-se que mais de um terço do território continental é “suscetível” ou “muito suscetível” à desertificação. Erosão, incêndios florestais, agravamento do efeito das secas, despovoamento e depressão económica são algumas das causas deste processo de enfraquecimento dos solos.

Porque este é um tema de importância mundial, o ano 2006 foi considerado o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação pelas Nações Unidas, sendo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave ou Desertificação, o único instrumento jurídico que

envolve e compromete a comunidade internacional para combater a desertificação e a degradação dos solos nas zonas áridas da Terra, reconhecendo os aspetos físicos, biológicos e socioeconómicos que lhes estão ligados.

Em Portugal, a criação do Observatório Nacional de Desertificação tem produzido os seus frutos, permitindo a monitorização da situação e dos resultados das medidas e objetivos estratégicos do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCCD).

O PANCD em vigor data de 1999, estando em preparação um novo programa, para o período 2011/2020. Segundo Lúcio do Rosário, Ponto Focal Nacional Adjunto da Convenção de Combate à Desertificação, “o que de relevante e estruturalmente diferencia a proposta para o PANCD 2011/2010, face ao de 1999 ainda em vigor, é, no essencial, o enfoque nos quatro objetivos estratégicos definidos pela convenção, dando prioridade às questões das populações afetadas, depois aos sistemas naturais que estão na base dos síndromas de desertificação identificados

para Portugal, numa terceira linha às principais sinergias com outros processos convergentes em desenvolvimento, na agenda interna e internacional, e finalmente tratando das questões da governação dos recursos”.

O PANCD apresenta cinco objetivos estratégicos: conservação do solo e da água, fixação da população ativa nos meios rurais, recuperação das áreas afetadas, sensibilização da população para a problemática da desertificação e a consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e setoriais, num processo contínuo de proteção de elementos naturais como o solo, a água e a biodiversidade, através da adoção de boas práticas agrícolas, florestais, de ordenamento urbanístico e de turismo.

Despovoamento gera desertificação

O despovoamento é, simultaneamente, causa e efeito da degradação das terras. Assim, para combater a desertificação é necessário evitar o despovoamento. A criação de condições para a fixação das populações nas regiões mais desfavorecidas tem sido um

dos principais objetivos das políticas de desenvolvimento rural. Uma atuação que deve ser pautada pela melhoria das condições de vida das populações, através de processos que articulam a eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade ambiental e patrimonial, sustentabilidade, participação e responsabilidade cívica. Princípios partilhados e exercitados através das intervenções do programa LEADER que ganham corpo numa abordagem com resultados reconhecidos.

A fraca produtividade, o empobrecimento, a ausência de alternativas e perspectivas de emprego, o esquecimento e fragilização das populações, também conduzem ao abandono dos territórios. E, alguns anos depois, ao risco de desertificação.

Também as práticas agrícolas são determinantes nesta matéria. “O próprio PRODER em vigor, através da regulamentação das medidas apoiadas, define critérios específicos para as culturas a adotar e as boas práticas que se lhes devem associar”, garante o especialista no tema, Lúcio do Rosário.

Congresso Internacional de Geoturismo



Sob o mote “Geoturismo em ação”, o congresso, promovido pela Associação Geoparque Arouca (AGA), numa organização conjunta com a Câmara Municipal de Arouca, decorre entre os dias 9 e 13 de novembro, no Mosteiro de Arouca.

O evento pretende configurar-se como um espaço de reflexão sobre as inúmeras e pertinentes questões deste segmento emergente do turismo, com notável expansão em todo o mundo.

A realização do evento constitui assim uma oportunidade para clarificar o conceito de geoturismo, discutir problemáticas associadas, conhecer a visão dos agentes turísticos, partilhar boas práticas e experiências de sucesso, fomentar redes de parcerias e promover o Porto e Norte de Portugal como destino de excelência deste subproduto turístico.

Com um formato inovador, integrando visitas geoturísticas, sessões plenárias, apresentações de comunicações livres e posters, e saídas de campo no Arouca Park, o congresso reúne alguns dos mais reputados investigadores nacionais e internacionais na área do geoturismo.

Correspondendo à área do concelho de Arouca, o Arouca Geopark é reconhecido pelo seu excepcional património geológico de relevância internacional, com 41 geossítios inventariados, com particular destaque para as trilobites gigantes de Canelas, as pedras parideiras da Castanheira e os icnofósseis do Vale do Paiva. O Arouca Park integra, desde 2009, a Rede Europeia de Geoparques e a Rede Global de Geoparques da UNESCO.

www.goo.gl/njiKE



© Jaime Brum (Dreamstime.com)

Política europeia de coesão para 2020 debatida nos Open Days

Todos os anos, desde 2003, a União Europeia (UE) organiza um grande evento anual dedicado à política regional europeia, os Open Days. Este ano, o evento decorrerá entre 10 e 13 de outubro, em Bruxelas, tendo como objetivos partilhar boas práticas em matéria de desenvolvimento regional, facilitar o *networking* entre as administrações de diferentes países sobre as intervenções dos fundos estruturais e contribuir para uma discussão aprofundada dos resultados e perspetivas da política de coesão.

A edição deste ano tem um programa que conta com 111 sessões e mais de 600 oradores, contando reunir mais de 6000 participantes, entre deputados europeus, membros do Comité das Regiões, presidentes de câmara e outros responsáveis de empresas, instituições financeiras, associações internacionais e organizações académicas, que pretendem prestar um contributo para um crescimento sustentável e integrador da política de coesão e dos fundos estruturais.

Os Open Days de 2011 pretendem debater com a UE a implementação da política de coesão atual e após 2013,

tornando-a mais eficiente. O futuro da cooperação territorial e as lições a tirar de países em desenvolvimento são também temáticas a ser discutidas neste evento.

No âmbito dos Open Days são realizados numerosos eventos locais, em muitos dos Estados-Membros. Em Portugal, estão agendados vários: a 29 de setembro, na Amadora, será discutida a Promoção da Cidadania Europeia a Nível Local; a 6 de outubro, em Coimbra, haverá um encontro destinado a promover o contacto e as sinergias de investigadores, empresas e outros atores do setor da saúde; a 25, na Maia, será discutido o *cluster* automóvel e a mobilidade ecológica; a 28, em Lisboa, terá lugar uma conferência sobre a estratégia europeia para a região atlântica; a 1 de novembro, em Sines, terá lugar um *workshop* acerca do conhecimento dos mares; a 11, em Guimarães, será abordada a Europa das tradições; e a 16, na Horta, será realizada uma conferência sobre a utilização sustentável dos mares nos Açores.

<http://www.opendays.europa.eu>

Estudo de Grupo de Trabalho Temático sobre ligações entre Agricultura e Economia Rural Global

Relatório Final defende uma abordagem integrada dos fundos comunitários

A ENRD (Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural), presidida pela Comissão Europeia, procedeu à criação dos GTT “Grupos de Trabalho Temáticos 1, 2 e 3” que incluem especialistas de vários quadrantes e nacionalidades. No cerne da atividade destes grupos está a investigação sobre aquilo que os Programas de Desenvolvimento Rural de cada país estão a produzir, visando melhorar a compreensão e aplicação da política atual, e a abordagem para o futuro.

De acordo com o relatório do GTT 2, em termos de coerência política e coerência entre os objetivos de políticas e medidas a nível nacional, regional e local, a análise concluiu que o objetivo de fortalecer os laços entre a agricultura e a economia rural global não parecem estar adequadamente incorporados na maioria dos Programas de Desenvolvimento Rural analisados, com objetivos semelhantes, mas muitas vezes executados no âmbito de diferentes eixos e com pouca complementaridade entre as intervenções do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e outros apoios.

Além disso, acrescenta o documento, a estrutura e natureza dos arranjos institucionais variam muito entre Estados-Membros. Alguns sistemas asseguram um planeamento e execução consistentes, mas outros não, particularmente os altamente centralizados e mais complexos, com uma coordenação limitada.

Na prática, os resultados da análise do GTT 2 indicam que uma abordagem mais transversal, integrada, pró-ativa e estratégica da

programação seria benéfica, com foco em ações que produzissem os desejados resultados económicos e sociais, tais como a criação, preservação, diversificação de empregos e atividades, a geração de rendimentos crescentes ou adicionais, e o fortalecimento da capacidade local para lidar com a mudança.

Missão: identificar sinergias e conflitos

Recorrendo a uma multiplicidade de dados estatísticos e estudos disponibilizados pelos Estados-Membros, o GTT 2 procurou determinar qual a contribuição da agricultura para o funcionamento das Economias Rurais globais de 18 regiões NUTS 3 (que em Portugal correspondem às Comunidades Inter-municipais) previamente seleccionadas em todo o espaço europeu, para que esta fosse uma amostra aproximada dos territórios da União Europeia.

As análises às várias regiões NUTS 3 destacam não só as óbvias diferenças entre as regiões em termos de níveis de vida, importância da agricultura, etc., mas também a diversidade dentro das regiões. Mesmo regiões NUTS 3 relativamente pequenas (com populações de 150.000 a 300.000 habitantes) geralmente contêm várias sub-regiões que se especializam em diferentes atividades económicas – formas alternativas de produção agrícola ou florestal (culturas, frutas, gado, madeira, etc.), vários tipos de turismo (reservas de natureza, lazer, parques, atividades costeiras, etc.), várias atividades de pequenas cidades (lojas, restaurantes e outros serviços).

No estudo, a agricultura foi identificada como um “setor-chave” em 14 das 18 regiões estudadas, sendo que os aumentos de produção no setor resultam em aumentos acima da média na produção da região. A produção agrícola provoca forte impacto no sector alimentar, hotelaria, restauração e comércio, tudo setores que, por sua vez, têm ligações ainda mais fortes com o resto da economia rural.

Verificam-se, porém, perdas de empregos em larga escala na produção de alimentos na maioria destas regiões, que não são suficientemente compensadas pelas atividades de diversificação da agricultura, onde muitas histórias de sucesso tendem a envolver nichos de mercado relativamente pequenos, muitas vezes ligados ao turismo local.

Outra conclusão muito interessante deste estudo é que a qualidade dos recursos humanos, ou, por outras palavras, os níveis de dinamismo e capacidade empreendedora e de negócios, são um dos fatores mais importantes que determinam o futuro das regiões e comunidades locais, o que vem confirmar a importância das atividades de animação territorial.

Em traços mais gerais, o estudo realizado pelo Grupo de Trabalho Temático 2 concluiu que foi encontrado um determinante-chave comum no desempenho de uma economia rural local: a sua capacidade de resposta ao ritmo das mudanças estruturais.

<http://enrd.ec.europa.eu>

Um futuro sustentável para as zonas de pesca



A conferência que se realiza a 3 e 4 de novembro, em Bruxelas, intitulada “Um futuro sustentável para as zonas de pesca”, será organizada pela DG MARE da Comissão Europeia e tem como objetivo apresentar os primeiros resultados de uma iniciativa que visa impulsionar o desenvolvimento de diferentes áreas das pescas na Europa. A conferência tem ainda o intuito de apresentar 30 projetos pioneiros em toda a Europa que demonstram o potencial de uma nova abordagem experimental.

As zonas de pesca em toda a União Europeia são confrontadas com muitos desafios relacionados com a reestruturação do setor e os esforços para salvaguardar as populações de peixes. O Eixo 4 do Fundo Europeu das Pescas – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca – representa uma nova abordagem experimental, que visa mobilizar as populações locais das áreas de pesca para trabalhar em conjunto, de modo a desenvolver respostas locais, e à medida, aos desafios que enfrentam e promover o desenvolvimento local sustentável.

Até à data, mais de 200 zonas de pesca em 16 Estados-Membros beneficiaram do apoio disponível ao abrigo desta iniciativa, e milhares de atores locais, estão agora empenhados no desenvolvimento de estratégias locais e no apoio ao desenvolvimento de projetos que ajudem a colmatar as necessidades específicas dos seus territórios. Em Portugal, sete Grupos de Ação Costeira, são responsáveis pela condução destas estratégias de desenvolvimento local, no âmbito do eixo 4 do PROMAR.

Trinta desses projetos serão apresentados durante a conferência, abrangendo uma variedade de temas, desde a venda direta de peixe e marisco, o desenvolvimento de novos produtos, turismo, e a proteção do ambiente, entre outros. A maioria desses projetos são fruto de novas ligações transsectoriais e de cooperação, bem como do envolvimento direto de os grupos, como as mulheres, cujo potencial de contribuição para a vida económica das suas comunidades tem sido muitas vezes subestimado.

Novo Governo cria pasta inovadora

Um empreendedor para uma Secretaria de Estado do Empreendedorismo

Carlos Nuno Oliveira fundou a MobiComp aos 23 anos de idade. Oito anos mais tarde vendeu a empresa à Microsoft, naquela que foi a maior aquisição da multinacional em Portugal. Condecorado em 2005 pelo Presidente da República, o seu nome viu-se agora, mais uma vez, envolvido numa inovação: é o primeiro português a assumir a pasta da recém-criada Secretaria de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação.

O novo governante conhece os desafios do empreendedorismo em Portugal pela sua própria experiência e é um dos casos bem-sucedidos de um movimento empreendedor que tem nascido nas universidades e se tem pautado pela originalidade e aposta no desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

A subida do empreendedorismo à categoria de pasta governamental, acompanha a importância que a questão assume no Programa de Governo, que elege como objetivos prioritários “a inovação, o fomento do empreendedorismo e uma maior internacionalização da economia nacional. Neste domínio, o objetivo central é o de tornar Portugal um país de empresas de elevado potencial de crescimento e de internacionalização”.

Para alcançar estes objetivos, são apontadas diversas medidas que caberá agora ao Secretário de Estado implementar. Entre as que podem ter um impacto mais directo no desenvolvimento rural, destaca-se a criação de um pacote dirigido a *start-ups*, incluindo crédito de pequeno montante e microcapital de risco.

In Loco organiza Universidade de Verão

Como transformar problemas em soluções equilibradas e realistas

Durante quatro dias “muito intensos”, cientistas, especialistas, ativistas sociais e políticos debateram em Tavira quatro temas fulcrais para a compreensão da atualidade: Ordem Social e Política, Sustentabilidade, Cidadania e Construção da Inclusão. Entre 6 e 9 de setembro, a Associação In Loco organizou, em conjunto com o Centro de Estudos Sociais e a Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa da organização mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, a terceira Universidade de Verão (III UV) com o título “Sociedades em Transição, Construindo Comunidades Inclusivas a Partir do Local”.

Perante os crescentes sinais de revolta pelo mundo fora, importa refletir sobre a nossa situação e escutar quem procura desenhar novos caminhos. Daí a perspetiva adotada: partir de experiências concretas, em Portugal e no estrangeiro, e discutir como transformar potenciais problemas em soluções equilibradas e realistas.

A inclusão económica e social foi um dos temas fortes do debate, que nos trouxe a experiência do Banco Palmas e da mutualização, sem descurar a importância sistémica de uma sociedade inclusiva.

O crescente movimento mundial de transição para uma sociedade mais consciente e menos dependente

dos combustíveis fósseis teve no caso da Cidade Inglesa de Totnes um dos exemplos mais emblemáticos, mas em Portugal começam a surgir muitas e boas experiências, tanto em contexto rural como urbano.

A Habitação enquanto direito e dever de participação foi tema para uma apresentação do trabalho que a Vereadora Helena Roseta tem vindo a realizar em Lisboa, incorporando desde a base uma filosofia de “partilha de poder” que transparece no sucesso de diversos programas de “planeamento emergente” em 67 Bairros de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP). O novo quadro regulamentar da habitação municipal, clarificando

direitos e deveres, foi igualmente apresentado, ficando claro que assenta em pressupostos de igualdade e justiça, e de estimulação dos interessados e dos seus movimentos para uma participação ativa e responsável.

Saúde foi o tema com que se encerrou esta III UV, analisado e debatido segundo a perspetiva do envolvimento das comunidades na construção das políticas de saúde.

De acordo com Néilson Dias, da In Loco, “foi possível trazer à Universidade de Verão uma série de experiências que estão a demonstrar, no terreno, que há outros caminhos para sair desta crise”.



Pratos propostos pelas ADL foram eleitos

Maravilhas da Gastronomia escolhidas pelos portugueses

Três produtos regionais propostos e promovidos por Associações de Desenvolvimento Local (ADL) estão entre as “7 Maravilhas da Gastronomia Portuguesa” cujos resultados da votação foram revelados durante um espetáculo realizado no dia 10 de setembro, apresentado por Catarina Furtado e José Carlos Malato, na antiga Escola Prática de Cava-laria de Santarém

A Alheira de Mirandela, o Caldo Verde e o Arroz de

Marisco, propostos pelas ADL – DESTAQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente, ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho e ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, respetivamente, juntam-se assim ao queijo Serra da Estrela, à Sardinha Assada, ao Leitão da Bairrada e ao Pastel de Belém como as “7 Maravilhas da Gastronomia” nacional.

As iguarias foram escolhidas pelos portugueses e refletem o resultado de quase um milhão de votos registados entre 7 de maio e 7 de setembro pela organização da iniciativa.

A votação foi feita no site oficial e na página de Facebook das 7 Maravilhas e obteve a eleição mais participada de sempre.

Inicialmente, a seleção dos pratos foi realizada de acordo com as mais variadas categorias, desde entradas, a sopa,

marisco, peixe, caça, carne e doces. Porém, nesta votação final, a escolha foi realizada independentemente da categoria, sendo selecionados os sete pratos mais votados pelo público.

As candidaturas das ADL, que se empenharam fortemente na promoção destes produtos locais, e na vitória dos mesmos, é fundamental para o desenvolvimento local e a visibilidade das regiões representadas pelos produtos. O potencial turístico, económico e cultural desta consagração vê-se assim reforçado e com grande potencial dinamizador.

A Federação MINHA TERRA, reconhecendo o potencial que oferecia para a dinamização económica, social e cultural dos territórios, foi parceira desta iniciativa, que viu os troféus dos vencedores, peças únicas produzidas pela SPAL, serem entregues por alguns dos mais célebres chefes de cozinha em Portugal: Filipa Vacondeus, Justa Nobre, Chakall, Fausto Airoidi, Hélio Loureiro, Luís Baena e Vítor Sobral.

Festa do Nosso Pão

Pão alentejano, broa de milho e pão de centeio de Seia, e ainda pão das Filipinas foram os protagonistas da 12ª edição da Festa do Pão, que decorreu de 2 a 5 de setembro, integrada na Feira Anual de Cuba, numa parceria da Associação Terras Dentro e da autarquia local.

Este ano, além das 12 padarias de pão alentejano, o certame contou com a participação do Museu do Pão (Seia) e uma padeira das Filipinas, que animaram o certame com degustações de pão, para gozo dos visitantes.

Paralelamente, o espaço convidava a visitar “O Ciclo do Pão”, numa exposição cedida pelo Museu do Pão, e a entrar numa feira do livro inteiramente dedicada à temática do pão. Os mais pequenos tiveram aqui a sua grande oportunidade de apreender como se faz pão.

A forma tradicional de confeccionar o pão no Alentejo foi sofrendo alterações ao longo dos anos, mas ainda existem muitas padarias e panificadoras cujos processos de fabrico se aproximam muito do que foi o tradicional, nomeadamente, o amassar à mão e a utilização do forno de lenha.

Alimento de excelência, com lugar de relevo na gastronomia local, das tradicionais sopas e açordas às tibornas, sem esquecer as fatias douradas, entre tantas outras sobremesas, o pão merece ser promovido e valorizado. É com este objetivo que a Terras Dentro – Associação de Desenvolvimento Integrado tem vindo a organizar a Festa do Pão.

Para a Terras Dentro, o pão não é só alimento, sinónimo de terra e trabalho, símbolo religioso, arte... É um tema agregador de cultura, identidade, tradição e atualidade.

Projeto Aprender a Empreender

Comunidade escolar de Alvito forma nova geração de Empreendedores

No passado ano letivo, os alunos das escolas do concelho de Alvito, no Alentejo, participaram no Projeto “Aprender e Empreender” que visa influenciar positivamente a nova geração de habitantes e a economia da região com um espírito empreendedor.

Este projeto, já considerado um caso de sucesso na região, teve um impacto positivo junto dos alunos, professores e voluntários envolvidos, o que lhe valeu um convite para ser apresentado num Seminário de Boas Práticas de Empreendedorismo Juvenil no passado

mês de junho, no Mindelo, em Cabo Verde.

A Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, em parceria com a Câmara Municipal de Alvito e com a Junior Achievement Portugal, organização sem fins lucrativos que promove o gosto pelo risco, pela criatividade e pela inovação nas novas gerações, abraçaram em conjunto o desafio de implementar na comunidade escolar de Alvito diversos programas de sensibilização e incentivo ao empreendedorismo, através de um projeto apoiado pelo Plano de Aquisição de Competências e

Animação/PRODER do Grupo de Ação Local Terras Dentro.

A Terras Dentro, enquanto parceiro responsável pela coordenação e acompanhamento do processo, acredita que esta experiência irá ter continuidade no próximo ano letivo e servirá de exemplo a outros municípios do Alentejo, podendo contribuir no futuro para o desenvolvimento económico da região.

Os programas, previamente concebidos pela Junior Achievement, são adaptados à idade dos seus destinatários. Os alunos do primeiro ciclo trabalham o empreendedorismo

aliado aos temas da Família (1º ano) e da Comunidade (2º ano), abordando questões como o funcionamento e necessidades dos núcleos familiares ou, por exemplo, a descoberta da tipologia de negócios que se operam no seio de uma comunidade.

Por sua vez, aos alunos do 9º ano é ministrado o programa Economia para o Sucesso, que fornece informação prática sobre finanças pessoais e sobre a importância de identificar objetivos de educação e carreira, baseados em interesses, valores e qualidades dos alunos.

As sessões são apoiadas e orientadas por voluntários, que são empreendedores locais, pessoas dinâmicas e com capacidade de iniciativa que disponibilizaram algum do seu tempo livre a dinamizar os respectivos programas junto dos mais jovens.

Profissionais “novos para a reforma mas velhos para o emprego”

Empreendedorismo Sénior aproveita recursos humanos valiosos

Herberto Soares tem 91 anos. Ao contrário dos poucos amigos que ainda restam do seu tempo, não passa o dia sentado numa cadeira ou deitado numa cama simplesmente a ver o tempo passar. Não. Este açoriano de fibra protagoniza um estudo de caso: aos 90 anos tornou-se um verdadeiro empreendedor e decidiu avançar com um negócio próprio, apoiado através do LEADER.

Com a iniciativa de Herberto e a colaboração da Associação ADELIAÇOR, nasceu assim o projeto Faial Soja, uma pequena unidade de transformação de produtos de soja, onde há um ano se produz derivados de soja, tais como, tofu, bebidas, cremes de barrar, doces, gelados e farinhas.

Exemplo extremo, e pouco usual, este é um caso sério de empreendedorismo sénior que, timidamente, começa a ganhar alguma expressão em

Portugal. No Brasil, pelo contrário, o empreendedorismo sénior encontra já um enquadramento próprio, tendo até já chegado ao Congresso, onde tomou a forma de um decreto-Lei que prevê formas específicas de apoio à criação de empresas por pessoas acima dos 45/50 anos.

É sabido que em Portugal, como na maior parte dos países, a situação de desemprego após a fasquia dos 40 anos torna muito difícil a reinserção profissional. Para agravar a situação, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, é essa faixa etária que mais tem sofrido com o corte nos postos de trabalho.

O empreendedorismo sénior pode então tornar-se uma possibilidade de regresso à vida ativa para alguns destes desempregados. Isto, obviamente, além daqueles que, sem estarem em situação de desemprego,

decidam iniciar um projeto empreendedor, pois nem faz sentido ver o empreendedorismo apenas como uma alternativa de recurso para quem não tem outra alternativa, nem o espírito empreendedor está reservado aos mais jovens.

Daí que o empreendedorismo sénior comece a ser apontado como uma oportunidade para as pessoas que, sendo mais experientes, têm ainda muito para oferecer à sociedade e à economia.

No âmbito do LEADER a idade não constitui problema, sendo os projetos aprovados não em função da idade mas da sua viabilidade económica, inovação e benefícios para a comunidade.

Com uma outra filosofia, a Associação Cristã de Empresários e Gestores apresentou, em outubro de 2010, o “Fundo Bem Comum”, um fundo gerido por uma sociedade de

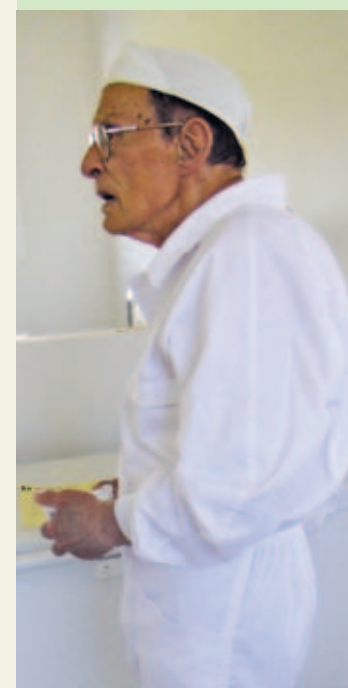
capital de risco, que visa promover e apoiar projetos empresariais de desempregados ou pré-reformados com mais de 40 anos.

Outras iniciativas, ainda tímidas, podem ser referenciadas mas certo é que o empreendedorismo sénior em Portugal vai dando os primeiros passos. De acordo com um relatório do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), citado pelo jornal Expresso, 2,9% dos empreendedores nacionais são reformados e 1,6% já havia ultrapassado a barreira dos 65 anos na altura da criação da empresa.

Nada que permita fazer para já grande alarido, mas a tendência crescente de criação de empresas por pessoas de idade mais avançada abre novas possibilidades no panorama do empreendedorismo nacional.

Faial Soja

A Faial Soja é um projeto apoiado pelo Eixo 3 do PRORURAL – Abordagem LEADER, que permitiu a instalação de uma pequena unidade de produção de derivados de soja. Representou um investimento de 140 mil euros, dos quais 84 mil foram participação pública, e criou dois postos de trabalho. No futuro, o empreendedor pretende aumentar a produção e exportar os seus produtos para o mercado brasileiro.



Resiliência e participação das mulheres na criação de empresas

Apenas um terço das novas empresas criadas por mulheres

O empreendedorismo é um motor de inovação, competitividade e crescimento. As mulheres, que constituem, em média, 30 por cento dos/as empreendedores/as na União Europeia, por vezes, encontram maiores dificuldades do que os homens em iniciar os seus projetos e em aceder a formação e financiamento. As mulheres têm, portanto, que se esforçar mais para conseguirem lançar os seus projetos de empreendedorismo.

Com efeito, empreendedoras são mulheres que ousaram quebrar o paradigma historicamente machista,

abandonando o papel de dona-de-casa ou de mãe-de-família que lhes foi consagrado durante décadas, rejeitando estereótipos, enfrentando preconceitos e discriminações, assumindo uma atitude própria e lutando por sonhos e ideais.

Alguns modelos de microcrédito são exatamente dedicados a mulheres empreendedoras. Geralmente isto é realizado por dois motivos: porque as mulheres têm uma inserção social nas suas comunidades que faz com que os frutos dos seus projetos de empreendedorismo se fixem na

comunidade, começando pela sua própria família; e porque as mulheres têm, geralmente, taxas de incumprimento muito baixas.

Assim, um pouco por todo o Mundo são criados mecanismos de fomento específicos para o empreendedorismo feminino.

Em Portugal, no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), existe uma medida (Tipologia de Intervenção 7.6) que se destina ao “Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de atividades económicas

geridas por mulheres”. Esta medida, gerida pela Comissão para a Igualdade de Género, é considerada prioritária, beneficiando assim o empreendedorismo feminino de uma majoração nos apoios públicos.

Isto porque, estando o desenvolvimento da economia diretamente ligado à participação das mulheres no mercado de trabalho e sendo a taxa de novas empresas criadas por mulheres de 33 por cento, é necessário continuar a estimular o empreendedorismo feminino para, também aqui, se caminhar para a paridade.

Centro de Recursos Feminino

No âmbito de um projeto financiado pela Cooperação LEADER, o Alentejo Central será dotado de um Centro de Recursos para Mulheres dedicado à promoção e fomento do empreendedorismo feminino, numa parceria entre o Monte ACE e a ADRACES. Este centro irá prestar assistência gratuita no aconselhamento jurídico, financeiro e até psicológico, criação do próprio emprego e promoção das novas empresas.

Associações de Desenvolvimento Local promovem empreendedorismo

Além das dificuldades comuns a todo o território nacional, o desenvolvimento do empreendedorismo rural enfrenta ainda as dificuldades próprias dos territórios rurais no seu todo e as específicas de cada um deles. Obstáculos, porém, que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm vindo a contornar, constituindo um exemplo de boas práticas no que toca à promoção e fomento do empreendedorismo em zonas rurais.

Ao longo dos últimos 20 anos, as ADL, em particular aquelas que incorporaram a metodologia LEADER, têm-se afirmado como uma resposta eficaz a esta complexidade. Isto é comprovado não só pelo número de projetos de

empreendedorismo que foram apoiados pelas ADL como, e sobretudo, pela importância que esse apoio teve para que esses projetos fossem concretizados e alcançassem o sucesso.

Metodologia e financiamento: “armas” ao dispor das ADL

Para promover o empreendedorismo, as ADL dinamizam as ferramentas mais importantes: metodologias adequadas e financiamento para os projetos. Com estes dois instrumentos, estimulam o desenvolvimento do empreendedorismo nos territórios, quer através da mobilização das suas populações e entidades, quer através do apoio

direto (técnico e financeiro) aos promotores.

O financiamento assegurado pelo LEADER permite conceder aos promotores de projetos um apoio financeiro que compense, pelo menos parcialmente, os custos de um contexto mais adverso. Apoios que viabilizam investimentos altamente reprodutivos na economia local.

As metodologias de promoção do empreendedorismo utilizadas pelas ADL são várias, sendo que cada ADL escolhe e adapta aquelas que considera mais adequadas às características do seu território. Mas o próprio LEADER é, também ele, uma metodologia de promoção do empreendedorismo já que constitui

ADL dinamizam sistema de Microcrédito em espaço rural

São já muitas as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que, integrando a Rede SIM, utilizam a metodologia SIM – Sistema de Microcrédito para o Autoemprego e a Criação de Empresas nos seus territórios.

Desenvolvido no âmbito do projeto GLOCAL, através de parcerias territoriais entre as ADL e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, e apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL, o SIM é uma metodologia que conjuga dois aspetos muito importantes para o empreendedorismo: o microfinanciamento para a criação de pequenos negócios e a formação na área empresarial, contribuindo de forma decisiva para a melhoria de competências dos empreendedores e para a diminuição do risco do negócio.

Esta metodologia, com uma forte componente de ligação ao local, proporciona oportunidades ao nível do apoio, técnico e financeiro, às populações mais desfavorecidas que, através da criação do seu próprio emprego, iniciam uma atividade económica com benefícios para o desenvolvimento socioeconómico da Região em que se inserem.

Guia de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Microempresas

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), do Ministério da Agricultura, do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, disponibiliza informação relativa aos procedimentos de constituição de microempresas, legislação e higiene e segurança alimentar, através de um Guia de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Microempresas.

A informação está organizada por áreas temáticas (turismo, animação turística e ambiental, artesanato alimentar e não alimentar, restauração e bebidas, comércio, indústria, microprodução de eletricidade, alojamento local), encontrando-se cada área ou setor de atividade associado às entidades envolvidas, respetiva legislação em vigor e toda a informação processual para início de atividade, passo a passo.

A base de dados, criada para o efeito, e cujo trabalho de conceção e atualização periódica é da competência da Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais, encontra-se disponível no sítio na internet da DGADR.

www.goo.gl/JuPQV



© Anna Dudko (Dreamstime.com)

Glocal disseminado por todo o país

O GLOCAL – Empresas Locais com Orientação Global é um sistema de apoio ao empreendedorismo local de base social, que parte do conceito de glocalidade (que funde as ideias de global e de local) para valorizar e mobilizar os recursos locais. A Federação MINHA TERRA foi entidade parceira na fase de disseminação deste projeto, que foi financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL.

As soluções concebidas e os serviços prestados, experimentados e disseminados a nível nacional constituem importantes recursos no apoio ao empreendedorismo, envolvendo um Laboratório de Oportunidades de Investimento (uma metodologia que deteta oportunidades), o programa PREMIUM (que prepara, apoia e premeia os empreendedores ao longo de todo o processo empreendedor), o sistema de microcrédito SIM

[ver caixa], o Empreender em Rede (que estabelece e dinamiza redes de cooperação inter-empresas e empreendedores em meio rural), o E2E – Empresariado Pró-Empeendedorismo (um programa de mentores voluntários e um sistema de apadrinhamento que mobilizam o empresariado local para o apoio a novos empreendedores, inscrevendo-os num processo de desenvolvimento do território e inclusão social).

Aproveitando e rentabilizando as soluções desenvolvidas, o IAPMEI adotou a metodologia e promoveu a sua aplicação a nível nacional, o que veio a ser concretizado através das Comunidades Intermunicipais, várias das quais se encontram a aplicar o programa, alargando assim a disponibilização desta solução de promoção do empreendedorismo a uma população mais alargada.

envolvimento Local dedorismo rural

um sistema de incentivos que procura, em simultâneo, estimular o território rural a ser mais empreendedor e apoiar projetos específicos de empreendedorismo.

A abordagem local ou ascendente que o LEADER determina torna-se então importante para a emergência do empreendedorismo em espaço rural, pois orienta a intervenção das ADL para a capacitação das populações, para que estas conduzam o seu processo de desenvolvimento. Não se trata só de um processo que respeita os princípios de liberdade democrática e autodeterminação, tratam-se também de condições necessárias para que os projetos de empreendedorismo (e de

desenvolvimento) sejam bem sucedidos: promover as capacidades da população para definir o seu próprio caminho.

Por sua vez, a construção, de forma participada pelas “forças vivas” do território, de Estratégias Locais de Desenvolvimento específicas para cada território, torna possível o favorecimento dos projetos que mais se adequam às características de cada região, apoiando-os de forma diferenciada e aumentando o seu potencial de sucesso, contribuindo para o desenvolvimento do território em torno dos seus eixos estratégicos.

A existência de equipas técnicas, implantadas nos territórios rurais, disponíveis para apoiar as pessoas que desejem

desenvolver um projeto, torna-se então um fator crucial para que muitos desses projetos se realizem e sejam bem sucedidos.

Isto traduz-se num trabalho bastante completo de estímulo ao empreendedorismo e apoio aos empreendedores, que em muitos casos vai desde a ideia inicial para a criação de um negócio, ou outro projeto, até à fase em que este já se encontra bem implantado e em processo de expansão.

Este papel tem sido reconhecido pelos promotores que, na sua maioria, consideram que, além do financiamento que receberam do LEADER, foi também fundamental o apoio técnico prestado pelas ADL.

Criação de Empresas em Espaço Rural

Fase de teste reduz insucesso dos projetos

Constatando a necessidade de estimular o empreendedorismo, prestar apoio à criação de empresas e facilitar o acesso a financiamento aos empreendedores do seu território de intervenção, a ADRIMAG desenvolveu o CRER - Criação de Empresas em Espaço Rural.

Constituindo uma metodologia integrada de apoio ao empreendedor, através do CRER procura-se: informar e sensibilizar para o empreendedorismo e criação de empresas; realizar a maturação e finalização de projetos de criação de empresas, através do apoio à preparação e elaboração de planos de negócios; e realizar o teste e experimentação de ideias de negócio, sem que o empreendedor tenha

necessidade de constituir uma empresa.

Esta última vertente é de particular importância, pois permite aos empreendedores, muitos dos quais em situação de desemprego, verificarem se o seu projeto é viável, sem para isso terem de abrir uma empresa (que é o que geralmente sucede), perdendo os apoios sociais de que dispunham. Para o concretizar a ADRIMAG criou o CRER - Centro de Recursos e Experimentação, associação constituída para apoiar os empreendedores na fase de teste e experimentação do negócio.

Os resultados já alcançados revelam o potencial do CRER, mais de 30% dos empreendedores criaram a sua própria

empresa e, em média, cada empresa proporcionou a criação de 2,5 postos de trabalho diretos. Além disso, é importante assinalar também a importância de alguns empreendedores desistirem da ideia de criação da empresa no decorrer do projeto, pois o CRER permite-lhes perceber que a sua ideia de negócio não é viável, podendo não o chegar a iniciar, em vez de criar empresas que depois irão à falência.

A qualidade desta metodologia foi já reconhecida pela UE que, em 2010, atribuiu ao CRER uma menção honrosa nos European Enterprise Awards 2010, na categoria “Iniciativa Empresarial responsável e inclusiva”.

sabia que...

O número de falências tem vindo a aproximar-se do número de empresas criadas.

[Fonte: INE e Pordata]

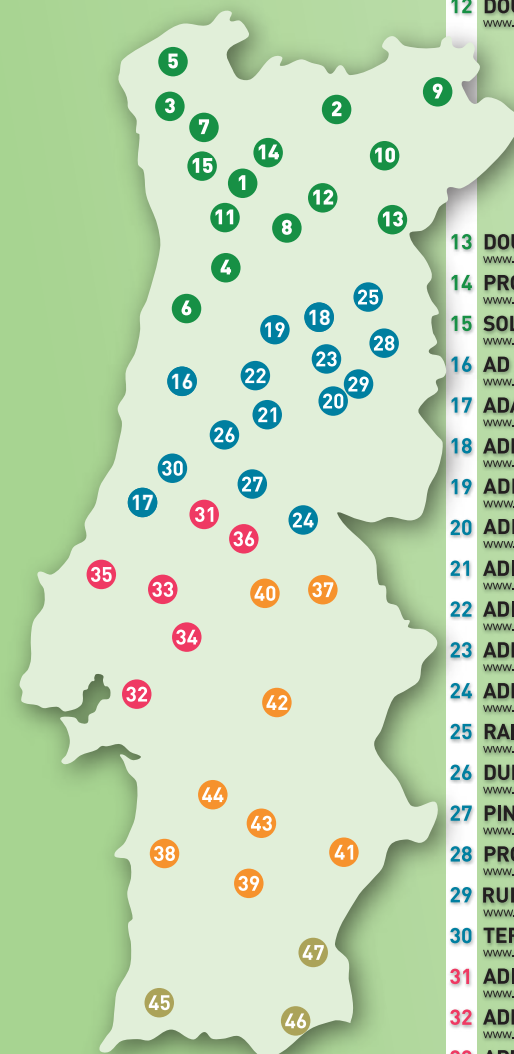


ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

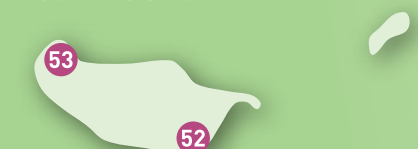
Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adritem.pt
- 07 AT AHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.pt
- 11 DOLMEN
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adeo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADD LAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIADOR
www.adeliador.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.org

PROTAGONISTAS DO EMPREENDEDORISMO

1 Por que motivo é o empreendedorismo tão importante?

2 Quais os principais obstáculos que os empreendedores

3 O que fazer para conseguir



Cristina Coelho

1 Tem existido algum consenso acerca do conceito que entende o empreendedorismo como sendo a tentativa de criar valor através da descoberta e exploração de novas oportunidades de negócio. No entanto, o empreendedorismo não pode ser reduzido a um instrumento económico, já que, não só se constitui como uma força de promoção humana e de coesão social, como também é facilitador da tomada de consciência da dignidade humana e da melhoria da qualidade de vida dos homens e mulheres de uma comunidade. Neste sentido, qualquer estratégia de desenvolvimento local deverá englobar um programa de promoção do empreendedorismo inclusivo recorrendo a metodologias baseadas no *empowerment* individual e da comunidade.

2 Para além dos obstáculos óbvios de uma conjuntura atual de recessão (diminuição do poder de compra, retração do investimento público, restrição crítica ao acesso a crédito) as maiores dificuldades prendem-se com o acesso a informação e formação adequada, pertinente e próxima, acesso a serviços básicos de consultoria inicial e enquadramento fiscal. A carga fiscal no nosso país é completamente dissuasora da criação de negócios próprios e abusiva quando se trata de autoemprego ou microiniciativas. Por fim, a pressão social sobre os empreendedores nomeadamente pelo estigma do “falhanço” e uma lei de falências desadequada que não permite um “*fresh-restart*” digno.

3 Em primeiro lugar, implementar um programa global, único e concertado de promoção e apoio ao empreendedorismo local. Global por integrar todas as fases e dar resposta

a todas as necessidades do processo empreendedor. Único, englobando e harmonizando as inúmeras pequenas iniciativas locais de apoio ao empreendedorismo, dando-lhes sustentabilidade. Concertado com as entidades e as iniciativas no terreno e incorporando as boas práticas desenvolvidas sem haver a necessidade de permanentemente “iniciar do zero” e fazer experimentação sobre uma área tão crítica como os serviços de apoio ao empreendedor.

Em segundo lugar, preparar um enquadramento fiscal gradual conforme a dimensão da iniciativa empresarial transpondo para a legislação nacional a diretiva europeia que recomenda menores impostos a empresas em fase de arranque e iniciativas de microdimensão. É necessário perceber que esta nova geração de empreendedores deve ser incentivada numa lógica de responsabilidade social empresarial segundo a qual a primeira responsabilidade da empresa é realizar lucros e a segunda é pagar impostos (para além da responsabilidade ambiental e de contribuição para a comunidade onde a empresa se insere).

Por fim, intervir na fase da falência e do recomeço. Prevenir sempre que possível a falência, nomeadamente através de um sistema de “sinais de alerta”, falir responsabilmente quando esta é a solução mais adequada e possibilitar o “*fresh-restart*” tanto ao nível fiscal como financeiro e sobretudo social.

Cristina Coelho é CEO da SPA Consultoria.



Francisco Banha

1 Frequentemente me recordo das palavras do meu falecido amigo e professor Ernâni Lopes que me ensinou que “momentos de crise sempre houve e haverá! O que conta não é lamentarmo-nos, mas antes buscar, com inteligência e esforço, novas soluções”. Temos, por isso, de aproveitar este momento desfavorável para descobrir novas oportunidades e traçar novos objetivos. Afinal, os maus anos também são de construir, criar, unir e encantar.

Um dos vetores de “solução” no qual acredito e no qual humildemente me reconheço é o empreendedorismo. Não apenas o empreendedorismo de criar empresas mas o empreendedorismo como forma de estar na vida que leva os indivíduos a lutar pela força das suas ideias e pelo potencial dos seus sonhos. Um empreendedorismo que alguns dizem que não se aprende mas que eu vejo ser assimilado pelas mais variadas gerações quando estas têm oportunidade de conviver com ele e de se surpreender com o empreendedor que afinal tinham já dentro delas.

2 Empreender implica por si só já vários obstáculos de carácter interno (ex.: recrutamento, tesouraria) como externo (ex.: custo do financiamento, macroeconomia) mas neste momento de particular dificuldade em que é preciso ver para além da crise, julgo que se deve dar particular atenção ao modelo de negócio e na resposta às reais necessidades das pessoas. O acesso ao financiamento é também um problema recorrente e todos sabemos como o acesso à banca se tem dificultado. Neste momento, os familiares e amigos desempenham um papel ainda mais importante para criar novas iniciativas – nos EUA estima-se que 87% de todo

o financiamento de empresas tem origem neste grupo! Quanto aos detentores de projetos inovadores de elevado potencial de crescimento e escaláveis para o mercado global recomendo abordarem a já considerável rede de Business Angels Portugueses, que procura ativamente este tipo de oportunidades de investimento e que é neste momento alavancada por um adequado fundo de co-investimento.

3 O que temos obrigatoriamente de mudar? Sem dúvida devemos continuar a aumentar a base de investidores, elemento essencial e que representa ainda uma pequena percentagem do que pode vir a ser e do impacto que pode vir a representar. Devemos incentivar também as empresas bem sucedidas, assim como os empreendedores bem sucedidos, a devolver um pouco do seu sucesso envolvendo-os no desenvolvimento de novas gerações de *start-ups*, afetando a estas, por exemplo, parte das compras de grandes empresas. Podemos ainda melhorar o nosso sistema de justiça que, de forma lenta, descredibiliza o valor de uma dívida, não defendendo assim os que produzem e inovam mas sim os que devem.

Conforme podemos constatar, melhorar requer esforços de várias partes e de todas elas devemos exigir melhorias. Não podemos contudo, deixar com elas a culpa de não empreender já amanhã!

Francisco Banha é Fundador e Presidente da Federação Nacional de Associações de Business Angels e Presidente da GesEntrepreneur – Empreendedorismo Sustentável, Lda.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

enfrentam?
desenvolver o empreendedorismo em Portugal?



Pedro Saraiva

1 Entendamos o empreendedorismo como o “passo” de alguém, seja ele uma pessoa individual, um empresário, uma associação ou entidade pública, que pretende agir e contribuir para o surgimento ou desenvolvimento de uma atividade económica ou de dinamização de uma comunidade. Esta componente de “dinâmica” é a essência do processo e é dela que se alimenta e estruturam as políticas de desenvolvimento territorial. Isto é, um território onde não exista atividade económica, ou onde a comunidade não se envolva e contribua para a prossecução dos seus objetivos de promoção da qualidade de vida e preservação dos seus valores patrimoniais, seguramente estará a caminhar para a desertificação. Portanto, encontrar hoje mecanismos que promovam mudanças de atitude face às dificuldades com que nos confrontamos diariamente nos territórios rurais e criar condições para que se potenciem estruturas de apoio às pessoas e entidades que estão empenhadas em contribuir com os seus projetos é essencial ao desenvolvimento do espaço rural português.

2 Num momento como o atual, fácil seria dizer que tudo é um obstáculo, mas não me parece que assim seja! Na realidade, talvez nunca como agora tenham existido condições tão propícias para o empreendedor, com instrumentos que o ajudam a financiar o projeto, instrumentos que o colocam em rede com outros projetos similares ou complementares, informação acessível sobre os negócios e o mercado onde se pretende atuar, canais de comunicação que permitem de forma simples contactar com os clientes e utilizadores, locais para instalar as empresas com custos reduzidos, serviços de apoio ao desenvolvimento

das suas ideias, enfim... uma imensidão de oportunidades! No entanto, o grande obstáculo é que o empreendedor “de pequena escala” regra geral não pensa e aprofunda o suficiente a sua ideia e, em consequência, corre o risco de facilmente esbarrar nas dificuldades que todos os projetos têm com a sua sustentabilidade financeira e ou humana.

3 Passos simples, mas necessários, que se dão nesse sentido, alterando atitudes, reforçando competências, facilitando o financiamento e estimulando o surgimento de novas atividades. Neste último aspeto em particular, para além das referidas, penso que às Associações de Desenvolvimento Local (ADL) cabe uma tarefa muito importante quando falamos de revitalização dos territórios rurais. Os projetos terão tanto mais capacidade de se afirmarem e contribuirão ao desenvolvimento territorial, quanto mais eles estiverem enraizados e contextualizados com a realidade que os rodeia. Nesse sentido, apoiar redes locais de agentes e dinamizar atividades que valorizem as oportunidades e potencialidades identificadas nas estratégias locais de desenvolvimento assumem-se como dois aspetos que poderão aportar o seu contributo a quem inova, incorpora tecnologia e, em suma, empreende nos territórios rurais. Em síntese, assumir claramente o espírito da missão que às ADL cabe em apoiar quem insiste e persiste em permanecer no mundo rural e, em particular, os que se predispõem a valorizar as potencialidades e oportunidades locais.

Pedro Saraiva é Coordenador da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior.



João Carlos Pinho

1 O empreendedorismo não se resume, única e exclusivamente à criação de empresas e à possibilidade do empreendedor conseguir ter a sua própria empresa, realizando-se do ponto de vista pessoal, económico e social. O empreendedorismo é o que considero uma luta de vencedores. Porque os empreendedores se destacam sobretudo pela sua criatividade, iniciativa, capacidade de assumir riscos. Se eventualmente optarem por realizar um trabalho por conta de outrem, não existe tanto risco, mas também não assumem essa criatividade, não a põe a serviço dos outros, nem desenvolvem as iniciativas que poderiam ter. As atitudes empreendedoras têm um fruto positivo, tal como a produtividade, a criação de negócio mais diversificado e a criação de emprego. Não significa, única e exclusivamente, que o empreendedorismo seja uma pessoa ter o seu próprio negócio – a pessoa pode ser empreendedora trabalhando por conta de outrem.

2 O empreendedor tem de ser capaz de superar os seus próprios limites. Para que um empreendedor tenha sucesso, para além da ideia e da motivação criativa, necessita de ajustar e adaptar as suas competências e as suas capacidades às mais diversas circunstâncias do dia a dia, na região onde se insere. Hoje em dia, as dificuldades que existem são notórias, embora em certas alturas de crise as novas ideias possam ser produtivas, se o empreendedor tiver boas ideias de negócio. Por isso, neste momento o principal obstáculo será a fortíssima crise económica mundial.

3 Eu diria que o empreendedorismo em Portugal é ainda hoje um conceito pouco conhecido que deveria ser desenvolvido nas escolas, logo nos

primeiros anos académicos, tal como já o fazem no Brasil. Para desenvolver o empreendedorismo em Portugal há necessidade de uma aposta no desenvolvimento da criatividade, do sentido crítico dos jovens, estimular e levar a cabo debates, concursos, no sentido de exercitar o espírito empreendedor. Há também que criar um regime de incentivos financeiros. Neste momento, os incentivos financeiros não são minimamente apelativos, nomeadamente para as empresas mais pequenas, que poderão ser incentivadas com microcrédito, com condições mais vantajosas para as pessoas. Neste momento, uma pessoa que esteja numa situação de desemprego, que recebe o subsídio de desemprego e decide iniciar a sua empresa, perde imediatamente o seu subsídio de desemprego. Por que é que não se permite às pessoas, que queriam criar o seu negócio, manter o subsídio de desemprego durante um período de seis ou nove meses, enquanto o seu negócio dá os seus primeiros passos? Há necessidade, efetivamente, de alterações legislativas. Na França, são mantidos os apoios sociais, subsídio de desemprego ou as bolsas de formação, para depois poderem iniciar o seu negócio em forma de teste. No nosso país isso não é possível.

João Carlos Pinho é Coordenador da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira.



Carlota Quintão

1 Antes mesmo da ideia do empreendedorismo, sublinharia a questão do *empowerment*, da capacitação dos sujeitos para tomarem conta dos seus próprios destinos, de serem capazes de lerem as circunstâncias que têm à sua volta e os recursos e as capacidades que têm para intervir sobre as suas próprias vidas. Talvez este valor seja até mais importante do que a ideia de empreendedorismo. Desde logo, é um conceito mais amplo e implica logo algum grau de empreendedorismo pessoal ou das organizações, se estivermos a falar de um plano mais coletivo.

O empreendedorismo social é um tema com crescente visibilidade e, do nosso ponto de vista, é realmente fundamental. O empreendedorismo social tem sido abordado, trazendo a promessa de rever, reinventar lógicas de combinação de objetivos económicos e sociais, tendo sempre no centro uma missão de finalidade social.

2 Estamos numa fase de *boom* deste tema e há um impulso quase desmedido no discurso político, e até por vezes académico, e dos *media* sobre as oportunidades e capacidades que o empreendedorismo pode trazer. Uma das dificuldades, neste momento, é ser capaz de triar essa informação e torná-la operacional. Depois, há um obstáculo claro de subdesenvolvimento das políticas públicas, especificamente para o empreendedorismo social. De alguma maneira, o Terceiro Sector ou a economia social, tem vindo a ser alvo de desenvolvimento de algumas políticas em sentidos que nos parecem importantes, mas o tema do empreendedorismo social, em si mesmo, ainda está pouco desenvolvido.

Do ponto de vista prático isto implica também dificuldades. Por exemplo, nos quadros legais, no estatuto dos dirigentes associativos, no enquadramento dado a questões como a fiscalidade.

3 Podemos avançar com algumas notas, como a necessidade do desenvolvimento das competências de empreendedorismo desde os primeiros níveis do ensino oficial. Uma outra área tem a ver, necessariamente, com as políticas públicas, com os quadros jurídicos e a melhoria do enquadramento do ponto de vista fiscal. Assim como a discussão que está em cima da mesa, em torno da lei de bases da economia social, e a da criação de um estatuto jurídico específico para as empresas sociais. São áreas onde o desenvolvimento do empreendedorismo pode e deve ser estimulado.

E ainda uma nota para as próprias organizações no terreno que estão a introduzir lógicas de empreendedorismo social, sobretudo as organizações de Terceiro Sector, que também têm aqui um papel fundamental.

Carlota Quintão é Presidente da A35 - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector.

Tiago Cabeça

1 No modelo de sociedade que, julgo eu, valoriza a competência, a inovação e a criatividade, o empreendedorismo tem um papel importante, justamente no surgimento de novos valores e riqueza para o país. O empreendedorismo é uma ferramenta que deverá ser usada a nível nacional para movimentar a economia.

2 Não tenho uma visão alargada de todos os projetos de empreendedorismo a nível nacional, mas sim e apenas a vivência do meu caso em concreto. Durante o processo de desenvolvimento do projeto há claramente demasiada burocracia que impede muitas vezes a criação de projetos empreendedores. Por vezes, é muito difícil levar para a frente ideias e projetos novos porque, de facto, está instalada uma forma de pensar que não incentiva a criatividade e a inovação. Julgo que o nosso país tem imensos problemas a este nível, que acabam por bloquear a criação de valor, a geração de mais riqueza e de mais-valias.

3 Penso que quem é empreendedor não deverá fazer o raciocínio nesses termos. Quem cria um projeto e leva a ideia avante, não está a pensar que irá ajudar o empreendedorismo em Portugal, ou seja, não pensa a nível global. O objetivo é concretizar o projeto que idealiza, com todas as energias possíveis para o seu sucesso. Claro que para isso é preciso ter noção que, para criar um projeto, terá de ter em conta o seu contexto e a situação em que estamos na atualidade, nomeadamente do nosso país e da sociedade. Mas não há a preocupação de desenvolver o empreendedorismo a nível nacional, porque isto depende sempre do

valor e da criatividade de cada um. Eu acho que o empreendedorismo cresce naturalmente, quando existe necessidade à partida e existe a capacidade de suplantar esses problemas burocráticos e outros que surjam. Está na natureza das pessoas serem criativas, depois compete a cada uma aplicar ou não essa criatividade inerente.

Tiago Cabeça é artesão e promotor do projeto Oficina na Terra, apoiado pelo LEADER.

Superar os obstáculos ao Empreendedorismo Rural

Há muitos obstáculos à criação e desenvolvimento de um negócio que limitam mesmo os empreendedores mais trabalhadores e dedicados. A fim de promover o empreendedorismo e incentivar novos negócios, é necessário saber mais sobre esses obstáculos e como superá-los.

© David Kay / Dreamstime.com

Todos reconhecem que a promoção e o fortalecimento do empreendedorismo não resulta apenas da presença de indivíduos empreendedores numa determinada área ou comunidade—está relacionado também com o contexto socioeconómico mais amplo em que o negócio terá lugar. Este contexto mais amplo é frequentemente referido como o “ambiente empresarial”, ou seja, o conjunto de fatores interligados que estimula a inovação, promove a capacidade de assumir riscos e o surgimento e crescimento de novas empresas.

A compreensão dos desafios e obstáculos relacionados com o “ambiente empresarial” é especialmente importante em áreas rurais, onde o espírito empreendedor dos indivíduos é desafiado tanto pelas condições económicas das regiões rurais como pelas características específicas dos empresários rurais. Em particular, é comum os empresários rurais enfrentarem problemas como:

- o impacto geral da desaceleração económica nos últimos anos;
- determinadas culturas locais podem não apoiar o espírito empresarial;

- demasiada burocracia envolvida na criação de negócios e no seu desenvolvimento;
- ligações limitadas aos mercados urbanos e ao mercado global;
- tamanho reduzido, baixa densidade das comunidades rurais e, como consequência, procura local reduzida;
- dificuldade na obtenção de capital de risco necessário;
- falta de diversidade económica;
- falta de outros empresários e redes de *networking*;
- dificuldade na obtenção de mão de obra qualificada.

Um interessante projeto de investigação chamado “Developing the Entrepreneurial Skills of Farmers” (ESoF), que foi concluído em 2008 no âmbito do 6º Programa-Quadro de Investigação da UE, fez uma distinção importante entre:

- i) o ambiente empresarial “externo” (ou seja, o ambiente social e empresarial em que os agricultores operam), e
- ii) o meio ambiente empresarial “interno” (ou seja, as capacidades, aptidões e competências do agricultor).

www.esofarmers.org

O projeto ESOE concluiu claramente que “O desenvolvimento do ambiente externo e interno empresarial é um passo essencial para a criação de uma gama diversificada de negócios empresariais em áreas rurais”.

Este ponto foi também realçado pelo inquérito dirigido às Redes Rurais Nacionais (RRN), realizado pelo Ponto de Contacto da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD) em maio de 2010. O resultado da análise do contexto destaca as principais áreas a focar para apoiar o empreendedorismo rural:

1. Existem necessidades importantes para o desenvolvimento do ambiente “interno” do empreendedorismo rural. Para dar aos empresários atuais e potenciais as capacidades e a confiança necessárias para avançar as suas ideias é preciso:

- maior acesso à informação, incluindo mais *newsletters*, folhetos, páginas de internet, consultoria e serviços de informação – tudo isto é uma ajuda importante;

www.google.com/kJVel

para os ajudar a gerir o crescimento e expansão de um negócio.

2. Desenvolver o ambiente “externo” do empreendedorismo rural é mais complexo, com muitas questões fora do controlo direto dos atores locais. As principais necessidades destacadas foram:

- mais e melhor acesso ao financiamento de gestão local;
- aproveitar os conhecimentos locais em todas as fases da formulação, execução e avaliação de políticas;
- aprovação mais rápida dos financiamentos para corresponder à velocidade do desenvolvimento dos negócios;
- assegurar que a comunidade em geral compreende e apoia a atividade empresarial, incluindo o risco de fracasso;
- desenvolver uma melhor comunicação entre os atores nacionais, regionais e locais para assegurar que as necessidades dos empreendedores podem ser supridas.

Em resposta a esta análise do contexto, um pequeno grupo de RRN estabeleceu (com o apoio do Ponto de Contacto ENRD) um “Rural Finance Task Force”, em abril de 2011, para examinar a questão específica de aumentar a disponibilidade e acessibilidade de recursos financeiros para negócios rurais locais. Até ao momento em que este artigo é escrito (setembro 2011), o grupo de trabalho reuniu-se duas vezes e já realizou um levantamento das ferramentas financeiras disponíveis, que variam entre instrumentos de engenharia financeira de larga escala financiados pelo FEADER e iniciativas de pequena escala financiadas pelas comunidades locais.



Mark Redman

Chefe da Equipa de Cooperação e Networking no Ponto de Contacto da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural em Bruxelas.



Empreender no mundo rural – fator de risco ou de sucesso?

No apogeu da crise das dívidas públicas, das incertezas dos mercados, das dificuldades no acesso ao crédito e na incerteza quanto ao futuro, quer das famílias quer das empresas, ser empreendedor e desafiar todos estes constrangimentos pode ser visto como um ato de insanidade.

O empreendedorismo é, certamente, o principal fator promotor do desenvolvimento económico e social de um país. Identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-las em negócios lucrativos é o papel do empreendedor.

Em Portugal, e recuando à definição da estratégia para o período de programação 2007-2013, foi dada um forte ênfase na promoção da competitividade da economia nacional, de modo a torná-la

mais competitiva e capaz de fazer frente aos desafios que se adivinhavam. O objetivo claro era o do equilíbrio da balança comercial, quer pelo aumento das exportações quer pela diminuição das importações, em particular com recurso ao aumento da produção em setores essenciais como o primário.

É nesse contexto que são desenhadas as políticas de incentivos, consubstanciadas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. Dele fazem parte os três Programas Operacionais Temáticos, nomeadamente PO Fatores de Competitividade – COMPETE (FEDER), PO Potencial Humano – POPH (FSE) e

PO Valorização do Território – POVT (FEDER e Fundo de Coesão), os cinco Programas Operacionais Regionais do Continente e os quatro Programas Operacionais para as Regiões Autónomas, dois para cada uma das regiões.

No âmbito do FEADER, os Programas de Desenvolvimento Rural do Continente, das Regiões Autónomas e o Programa da Rede Rural Nacional têm também uma forte componente de apoio à promoção da competitividade dos sectores agrícola, agroindustrial e florestal, para além de incorporarem apoios que visam a sustentabilidade do espaço rural, como as medidas agroambientais, apoios que têm em vista o reforço do conhecimento e das competências e ainda uma área totalmente dedicada aos apoios

que visam promover a dinamização das zonas rurais, a implementar através das especificidades da abordagem LEADER.

Analisando mais especificamente o PRODER, e o seu Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais, verifica-se que há uma clara aposta no desenvolvimento de atividades extra agrícolas, que permitam absorver mão de obra excedentária desse sector, ao mesmo tempo que se criam condições para a diversificação da economia dos territórios rurais. Paralelamente, e porque o meio rural é também o guardião das tradições e cultura, que fazem a história de um país, foram criados incentivos destinados à conservação e valorização do património e à implementação de serviços básicos às populações.

Como se pode observar, neste Subprograma, encontram-se ações que complementam os incentivos propostos pelos programas temáticos do QREN. Toda a medida 3.1 «Diversificação da economia e criação de emprego», tem correlação com o COMPETE, com especial destaque na criação e desenvolvimento de microempresas. A ação 3.2.1, de conservação e valorização do património, tem forte aderência às medidas do POVT, enquanto a ação 3.2.2 dos serviços básicos para a população rural, tem uma linha de atuação muito semelhante às medidas do POPH. Em resumo, é um mini-QREN que se preocupa com a envolvimento não agrícola do mundo rural.

Após 20 anos de execução da Abordagem LEADER, é tempo de fazer um balanço

relativamente a esta metodologia de desenvolvimento dos territórios que tem como principais pilares a capacidade de entregar aos agentes locais a elaboração de uma estratégia que fomenta o aparecimento de projetos que permitam a dinamização dos mesmos, com uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, ao nível económico, cultural, social e infraestrutural.

Compete aos Grupos de Ação Local (GAL), responsáveis pela dinamização dos territórios rurais, “inventar” novas respostas para os desafios que vão surgindo, desde logo a partir da sua capacidade de leitura dos problemas mais relevantes que afetam as populações mas também sobre as potencialidades que possam desencadear respostas positivas, transferíveis e estruturadas no médio e longo prazo.

Se é verdade que num passado não muito distante, a aposta, por exemplo, na criação de unidades de alojamento de turismo no espaço rural foi um fator de inovação, também não é menos verdade que a mera repetição dessa aposta um pouco por todo o país não resolve, *per si*, a maioria dos problemas dos territórios rurais.

LEADER gera emprego

Gerar riqueza é essencial, manter essa riqueza nos territórios e canalizá-la para um reforço do tecido económico e social dos mesmos é uma prioridade que deverá estar sempre presente no espírito dos decisores de projetos.

É indiscutível o sucesso da Abordagem LEADER neste particular, sendo que os resultados, até ao momento, apontam para a criação de aproximadamente 2500 postos de trabalho (PT), em 1700 projetos aprovados, ou seja cada projeto cria, em média, mais de 1,5 PT. Destaque especial para a ação de apoio às micro-empresas que representa perto de 30% do investimento aprovado, e 40% dos PT a criar.

Olhando ainda para os dados financeiros e estatísticos, e num tempo que apela à contenção e ao não investimento, é um bom sintoma o facto de terem surgido até ao momento, mais de 5000 pedidos de apoio às ações do Subprograma 3, num investimento total de quase 800 milhões de euros. Estes dados denotam que há vontade de investir, que há

dinâmicas locais que promovem o empreendedorismo, embora tais dinâmicas não se façam sentir de igual forma pelos diferentes territórios.

Os 1700 projetos aprovados até ao momento representam um investimento superior a 220 Milhões de euros e um apoio público superior a 130 milhões. Nestes números há que realçar o comportamento das ações destinadas à diversificação da economia e criação de emprego, responsáveis por 60% do número total de projetos e investimento, e responsáveis por perto de 70% dos postos de trabalho que se preveem criar.

Mas que tipo de projetos se devem promover para que haja de facto um resultado positivo e consistente na injeção de apoios públicos na economia local? E em que tipo de promotores se deve apostar?

Os projetos que garantem elevados indicadores de rentabilidade económica, ou aqueles que, ainda que pareçam ser fruto do sonho e da utopia, possam introduzir um capital de inovação, a demonstração da tenacidade e determinação que de facto os empreendedores aportam consigo?

As políticas da Comissão Europeia e as recomendações das auditorias internacionais, nomeadamente do Tribunal de Contas Europeu, apontam sempre no sentido de se apoiar, prioritariamente, os projetos que, embora detentores de algum risco, não fossem possíveis sem essa alavancagem externa. De que vale apoiar os projetos que se iriam realizar mesmo sem apoios?

É verdade que não podemos perder de vista os indicadores económicos mínimos que deem alguma coerência e consistência aos projetos, mas não pode ser esse o único critério na análise do mérito de um projeto. Esta realidade tem sido uma das mais-valias no âmbito dos programas LEADER, uma vez que as parcerias locais têm a proximidade aos promotores que permite uma avaliação para lá dos meros fatores estatísticos e económicos.

Fundamental definir estratégias

As políticas existentes de apoio ao investimento, quer no Programa da Competitividade do QREN ou dos PO Regionais, quer na Medida da Diversificação da Economia

É indiscutível o sucesso da Abordagem LEADER na criação de riqueza.

e Criação de Emprego, do PRODER, visam todos esta capacidade de fazer avançar o país. Contudo, todos eles partem de premissas diferentes, quer nas condições de acesso quer nas metas a que se propõem alcançar e, acima de tudo, na forma de encarar o país e as suas necessidades. Desde um nível macro a um nível micro, encontramos linhas de apoio que pretendem inverter o estado da economia, promovendo o seu crescimento, sendo que por vezes se tropeça em regras e critérios muito diferentes, o que nem sempre conduz à melhor e mais racional utilização dos fundos sempre escassos.

Mais do que criar linhas de apoio, importa definir estratégias territoriais e setoriais que se interliguem e que permitam implementar projetos estruturantes, capazes de criar emprego, bem-estar e autoestima a todos os que vivem nesses territórios, rurais ou não.

Se é verdade que a sobrecarga burocrática associada à atribuição dos fundos públicos implica que muitos dos técnicos de desenvolvimento tenham hoje um papel mais passivo do que no passado, não deixa de ser verdade que até nesta área importa empreender. É este o tempo para que se crie uma nova mentalidade nos analistas de projetos e nos técnicos de desenvolvimento, reinventando as suas competências e levando-os de novo ao terreno, fomentando o aparecimento de novas ideias de projetos e estimulando as capacidades dos potenciais promotores, fazendo-os acreditar no sucesso dos seus investimentos.

Tomar a decisão de empreender, largar por vezes um emprego para arriscar tudo num projeto ou num sonho individual não é certamente um passo que se dê de ânimo leve, mas importa não desistir. Ter uma ideia não é ter um projeto, ter dinheiro para investir

não é garantia de sucesso. Há que verificar um conjunto de fatores que podem ser relevantes, já que a linha entre o sucesso e o insucesso é muito tênue e pode residir em pormenores.

A estratégia nacional adotada para este período de programação 2007-2013, assenta claramente na interligação entre o fomento da competitividade, aliada a um aumento da capacitação das pessoas, sem descurar a obrigatoriedade de intervir no campo social, nomeadamente no apoio às crianças e idosos, e na valorização do território, património único e fonte de muitas das atividades produtivas apoiáveis, neste desígnio nacional de inverter a situação em que nos encontramos, quer ao nível do emprego, quer ao nível da criação de riqueza e aumento da produtividade.

Respostas sociais são determinantes

Uma última nota para a área sociocultural. De nada vale empreender apenas na área económica, uma vez que a perda de identidade cultural e a ausência de respostas sociais, serão fatores de migração e de

O empreendedorismo é, certamente, o principal fator promotor do desenvolvimento económico e social de um país.

desertificação dos territórios.

Também nestas áreas é preciso empreender, não apenas no sentido económico da expressão mas sim na inovação de soluções.

A elevada taxa de envelhecimento da população portuguesa, associada às dificuldades de conciliar horários entre o trabalho e a esfera familiar, leva à urgência de novas respostas sociais, pensadas de forma estruturada e interligada, permitindo uma melhoria da qualidade de vida e dignidade mínima de todos.

A existência destas respostas sociais é muitas vezes fator determinante na mobilidade das populações em busca de novos empregos e de novos locais de residência, sendo por isso uma área que merece particular atenção neste período de programação, em

particular através do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) e a Medida da Melhoria da Qualidade de Vida do PRODER.

Em resumo, e olhando para os resultados até hoje alcançados, destaca-se logo à cabeça o empreendedorismo dos GAL, ao criarem nos territórios uma rede de agentes de desenvolvimento de elevada qualidade técnica, que têm permitido atingir resultados importantes e concretizar projetos de elevado sucesso que se constituem como verdadeiras referências e manuais de boas práticas, muitos deles relacionados com as novas tecnologias e o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços. Os casos de insucesso, que também existem, são principalmente causados por alguma falta de interligação em torno de atividades estratégicas ou com maior potencialidade, e que acabam por ser iguais a outros que já existem e que contribuem apenas para um excesso de concorrência em relação a um défice de mercado.

Ainda assim, e embora a questão inicial não tenha uma resposta clara, tem sido admitido por todas as avaliações



Rui Rafael

Responsável pelo SP-3
–Dinamização das Zonas Rurais/Abordagem LEADER no PRODER.



Empreendedorismo Rural

Particularidades e desafios

Os empreendedores têm jogado um papel preponderante na sociedade ao criarem novas empresas e novos negócios. A economia sem o seu contributo não seria a mesma.

O processo de desenvolvimento económico é complexo e envolve muitos fatores, nomeadamente, um potencial empreendedor, a existência de condições económicas favoráveis, a disponibilidade de recursos, tanto materiais como financeiros, fortes instituições de formação e uma política económica que encoraje e incentive o risco.

Se a criação de novas empresas é um assunto complexo no âmbito empresarial, os problemas são acrescidos no âmbito do empreendedorismo rural devido a três tipos de problemas prementes que se relacionam com as estruturas sociais e económicas e com o ambiente físico.

Algumas das características mais marcantes da ruralidade são a baixa densidade populacional e a ampla distância face aos principais mercados, o que muitas vezes impede que os empresários rurais alcancem economias de escala ou uma massa crítica, que lhe

assegurem a competitividade. As dificuldades da distância impõem um custo de transação elevado aos negócios rurais porque a acessibilidade aos principais fornecedores, clientes, mercados e capital social de comunidades urbanas e suburbanas é, muitas vezes, limitada. As características associadas ao pequeno tamanho da população e à baixa densidade populacional dificultam o desenvolvimento do tecido social e o relacionamento interempresarial.

A composição social e económica das áreas rurais afeta o empreendedorismo rural dado que a economia rural é caracterizada, muitas vezes, por um forte concentração em atividades agrícolas, na extração de recursos naturais e na exploração de atividades industriais simples. Claramente, como consequência desta falta de atividades económicas diversificadas, as áreas rurais estão embebidas numa cultura muito própria que muitas vezes rejeita a inovação e dificulta a diversificação empresarial.

Outros obstáculos socioeconómicos do mundo rural são o baixo nível de formação e a falta de diversidade

laboral, quando comparado com outros ambientes urbanos mais desenvolvidos. Como consequência, há uma forte pressão para as pessoas mais qualificadas procurarem melhores condições de trabalho fora da comunidade rural, o que minora a probabilidade de interação socioeconómica com outras regiões. Por outro lado, as instituições, tanto públicas como privadas, precisam de recrutar quadros qualificados de fora do ambiente rural, o que normalmente não é muito atraente para pessoas qualificadas de regiões mais desenvolvidas.

A localização é uma característica principal do ambiente físico, dado que está relacionada com os principais mercados, fornecedores e parceiros, o que impõe um custo de transação desfavorável às empresas rurais como mencionado anteriormente.

A presença de recursos naturais é outra característica do ambiente físico com obstáculos e oportunidades. A presença de recursos naturais é considerada positivamente para economias rurais, dado que geram emprego e outras oportunidades económicas para a

economia local. Não obstante, estes recursos naturais são transportados frequentemente para outras regiões onde são reprocessados e sofrem outras transformações. Nestas circunstâncias a economia rural fica com as fatias de menor valor acrescentado, criando externalidades económicas positivas para outras regiões mais desenvolvidas, o que acaba por aumentar o fosso económico para as outras regiões.

Finalmente, a presença de paisagens e outras características ambientais e culturais são fatores económicos importantes na exploração do potencial rural, desde que haja condições para explorar as qualidades/características da tradição, do artesanato, da natureza, do lugar e da cultura local.

A ruralidade tem características únicas. O essencial é saber aproveitar as oportunidades que a ruralidade nos apresenta, na exploração das diversas atividades exógenas, sejam elas de âmbito turístico, cultural, agrícola, recreativa, gastronómica, folclórica e/ou religiosa. Claramente, o empreendedorismo rural pode jogar um papel importante na criação de novos empregos, de maior rendimento e de riqueza e, assim, combater as principais fraquezas económicas e ambientais das comunidades rurais.

A política pública joga um papel primordial na criação de condições que fomentem o empreendedorismo, sobretudo no apoio à criação de condições que fomentem a geração e concretização de novas ideias em oportunidades de negócio e comportamentos empreendedores.

Metaforicamente, se um empreendedor procura um sonho, a política pública deve fomentar o desenvolvimento

do sonho. De forma a aproveitar as oportunidades económicas, o empreendedor deve correr riscos, deve ter coragem de sair da sua zona de conforto. A política pública deve permitir que o empreendedor dê hipóteses ao sonho, de forma a preparar adequadamente que o sonho seja bem-sucedido. Esta política pública de fomento ao empreendedorismo deve procurar uma transição intencional que valorize as pessoas no seio da sua comunidade.

Se o sonho comanda a vida, o sonho não pode ser uma adenda à vida. É a vida. Como sempre, é necessário atenção constante para que o sonho possa continuar a avançar. A política pública deve então permitir que se sonhe, que se tome posse do sonho para que este seja bem-sucedido.

Claramente, o empreendedorismo, sobretudo em meios rurais, é muito mais do que a mera criação de empresas: é um passo importante na reconciliação entre a coesão social e o sucesso económico. É no fundo capacitar o mundo a viver de forma mais ampla com uma maior visão e com melhor espírito de esperança e realização.



António Carrizo Moreira
Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, Mestre e Doutor em Gestão. Professor no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.



Combate ao abandono rural exige novas respostas

Do Jovem Agricultor ao Jovem Empresário Rural

É imprescindível dar prioridade aos empresários que apostem na competitividade e na diversificação da base económica nas zonas rurais.

Apesar dos apoios existentes na Política Agrícola Comum (PAC) para a instalação de jovens agricultores, o que se verificou ao longo dos anos, ao contrário do previsto, foi que adesão dos jovens foi decrescendo, oscilando (positivamente) apenas pontualmente em determinados anos.

De facto, apesar dos sucessivos quadros de apoio à primeira instalação, os jovens, nomeadamente os oriundos do espaço rural, dos quais seria expectável uma forte adesão, acabaram por optar por outros modos de vida, deslocando-se em Portugal para os grandes centros urbanos do litoral ou então integraram a nova vaga de emigração, na procura de novos desafios.

É evidente que sem escolas, sem centros de saúde, sem serviços a situação está a tornar-se cada vez mais complicada. O Mundo Rural tem sido conduzido, assim, a um progressivo despovoamento, com a desistência das camadas mais jovens dos seus territórios rurais, com graves consequências para a economia, tanto rural como nacional. E, se nada for feito rapidamente, cada dia que passa é seguramente

uma oportunidade perdida para alguém que, por qualquer motivo, acabou por desistir do interior.

Animar as populações locais cada vez mais envelhecidas, criar-lhes novos desafios e atividades, não só económicas mas também culturais, têm sido tarefas que ao longo dos tempos se revelaram importantes para combater esse despovoamento, mas, como constatamos, também não foram suficientes para fixar as populações mais jovens nesses territórios. Daí que este esforço terá necessariamente de constituir um trabalho conjunto e envolver cada vez mais intervenientes quer do Estado quer da Sociedade Civil, neste desígnio de carácter nacional.

Se os significativos apoios instituídos pela União Europeia não produziram o sucesso desejado, importa encontrar novas soluções e novos programas como complemento aos existentes, aliás, podem mesmo caminhar lado a lado no sentido de inverter esta tendência.

Perante a contínua redução do peso da agricultura na economia e redução dos níveis de rendimento dos agricultores

(sobretudo em comparação com a evolução do rendimento noutros setores), para se manter o interesse dos jovens na atividade agrícola (e a própria atividade em si mesma) é necessário criar condições para o agricultor perspetivar o acréscimo do seu rendimento.

Nesse sentido, é imprescindível dar prioridade no acesso aos incentivos e apoios aos empresários que apostem na competitividade e diversificação da base económica. É por isso que a Associação de Jovens Agricultores de Portugal, no seguimento do trabalho desenvolvido ao longo dos seus 28 anos de existência, entende ser necessário o reconhecimento de uma nova figura, o “Jovem Empresário Rural”.

O Jovem Empresário Rural será, então, todo aquele que oriundo ou não do espaço rural desenvolver em paralelo à atividade agrícola outras atividades complementares que permitam a sua fixação e rentabilidade. Deste modo poder-se-á fortalecer o núcleo empresarial mais identificado com o meio envolvente e reforçar o setor com mais

ligações diretas e indiretas à economia local.

Nesta medida, os apoios públicos para a dinamização do Mundo Rural são de extrema importância, mas têm de ser contínuos ao longo do tempo. Podem, consoante as mudanças de quadros comunitários, sofrer algumas oscilações ou variações de maior ou menor expressão, mas o Estado deve de forma continuada dar o exemplo, mesmo através de medidas que podem não parecer de grande monta mas que são o sinal claro da vontade política e do esforço possível. A diminuição das contribuições para a segurança social, a diminuição de impostos (IRS, IRC, IVA), o apoio à natalidade, bem como a aquisição de casa e/ou escritórios e lotes industriais em pequenas cidades e vilas do interior, seriam importantes contributos para dinamizar o território rural e a sua economia.

E, quando se trata de jovens, em que a grande maioria prefere viver nas atuais condições no litoral, por razões sobejamente conhecidas como o lazer, a cultura, a prática desportiva e mais oportunidades de emprego, tem todo

o sentido majorar e distinguir os apoios para os territórios rurais relativamente aos que são concedidos nos centros urbanos.

Para desenvolver um setor agrícola mais dinâmico e uma economia mais diversificada e inovadora nos territórios rurais, é fundamental que a futura PAC inclua um conjunto forte de incentivos à instalação de Jovens Agricultores, mas também de Jovens Empresários Rurais, sendo fulcral que ambas as figuras coexistam, pois ambas são fundamentais para o desenvolvimento rural.



Firmino Cordeiro
Presidente da Associação de Jovens Agricultores de Portugal.

ROTA DO VINHO NA ILHA DO PICO, AÇORES

▶ Madalena ▶ Bandeiras ▶ Santa Luzia ▶ Prainha ▶ Piedade ▶ São Mateus ▶ Candelária ▶



algun do qual reunido no **1 Museu do Vinho do Pico.**

Instalado no antigo convento de Carmelitas – símbolo arquitetónico da fase opulenta do ciclo do vinho Verdelho – afigura-se como o primeiro local de visita obrigatória. Durante o mês de setembro, os visitantes podem participar nas vindimas, o que torna ainda mais viva a experiência da Rota do Vinho.

O percurso até ao Lajido de Santa Luzia faz-se junto à costa, passando por vários núcleos de adegas tradicio-

dos dois trilhos pedestres – PRIPIC – Caminhos de Santa Luzia e PR10PIC Santana – Lajido, numa incursão pelos currais, com muros retangulares e semicirculares em alvenaria, abertos a sul para defesa dos ventos dominantes.

Para voltar ao percurso, regressando à Estrada Regional (ER), deverá seguir em direção a **Santo António**, ao encontro da **2 adega A Buraca.** O espaço, criado com o apoio do programa LEADER+, contempla uma

constituiu em tempos a única ligação por terra a este lugar.

Sentindo-se ainda com energia, procure a **3 Abegoria.** Animação e aventura



O itinerário inicia e termina na Madalena. A vila que foi o grande centro vitivinícola dos Açores, devido à sua localização entre as duas áreas de vinha mais extensas do arquipélago: o Lajido da Criação Velha e o Lajido de Santa Luzia – Zona de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico, classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, em 2004.

Conhecer a história e a cultura do vinho na ilha, que remonta ao tempo do povoamento, é percorrer, sem pressas, os característicos currais

que se espriam dos Lajidos... É partir à descoberta do rico espólio de utensílios ligados à cultura e ao fabrico do vinho,



Moinho do Frade (Criação Velha)



Currais



nais onde existe um valioso património arquitetónico e cultural associado à atividade vitivinícola, tais como alambiques, armazéns, poços de maré, rampas de varadouros e portos rola-pipas.

Absolutamente imperdível é a visita ao Núcleo Museológico do Lajido de Santa Luzia. Aberto todo o ano, convida a uma visita guiada pelo Centro Interpretativo da Paisagem da Vinha.

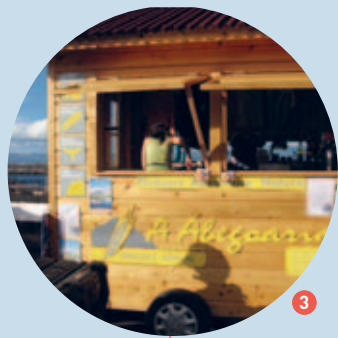
Outra possibilidade é percorrer o Lajido através

mostra museológica (com oficina de tanoeiro, tenda de ferreiro, atelier de palha, lâ e vimes), loja de artesanato, cozinha regional, sala de provas, armazém e sala de engarrafamento. Seguindo pela ER, em direção à vila de São Roque, continue até **Prainha**, junto ao Parque Florestal. A proposta é descer à Baía de Canas. Aqui, além das adegas, dos currais e das ruínas daquilo que foi a Cerca dos Frades, existe uma escadaria de pedra com 365 degraus que

é o lema desta empresa, que oferece um vasto leque de atividades de turismo ativo (passeios pedestres, de burro, moto4 e BTT), com equipamento adquirido com o apoio do LEADER+.

Uns quilómetros adiante, **Piedade.** No centro da localidade, junto ao coreto, atenção à placa identificativa do lugar da Engrade. Aqui, encontra-se mais um núcleo de adegas tradicionais, que ainda hoje mantêm uma dupla função: local de guarda

do vinho e de convívio e reunião de família e amigos. Em Piedade, poderá ainda partir à descoberta dos recantos da freguesia... a pé ou a cavalo... A **4 Turispico**, projeto LEADER+, proporciona-lhe magníficos passeios, ao longo de trilhos, cones vulcânicos, crateras e lagoas. Retomando a ER, percorrendo as freguesias da Calheta de Nesquim, Ribeiras, Lajes, São João e São Caetano, chega-se a **São Mateus**. Nesta localidade,



3

artesanato **6 Picoartes** para adquirir alguns artigos regionais, como as rendas típicas da ilha do Pico ou trabalhos em osso de baleia.

Prosseguindo as placas da Rota do Vinho, a próxima paragem é **Candelária**. Aqui, no Guindaste, importa apreciar o Solar dos Arriaga, propriedade da família do primeiro Presidente da República Portuguesa. De regresso à ER, mesmo junto à estrada, encontra-se mais um espaço associado à cultura da vinha que merece uma visita: a adega **7 A Rodilha**. O vasto espólio de artigos museológicos ligados à produção do vinho convida a um regresso ao passado das vivências da ilha, e a um “cheirinho” das bebidas típicas da ilha.

Deixando a placa toponímica de Candelária para trás, fique atento à sinalização da Rota do Vinho, pois deverá virar logo na primeira à esquerda, em frente à igreja, em direção ao lugar dos **Fogos**. Aqui, apresenta-se mais um núcleo de adegas construí-

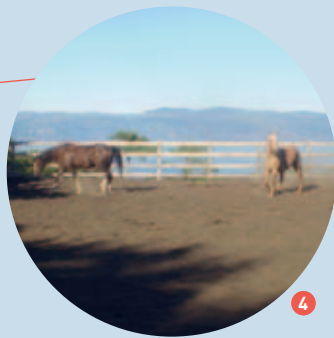
Frade. Do topo da escadaria da estrutura, localizada junto ao Lajido, é possível observar o contínuo de currais mais impressionante da Zona de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico, testemunho do minucioso e árduo trabalho do homem do Pico.

A zona pode ser percorrida a pé, fazendo parte ou no todo o trilho pedestre PR5PIC – Vinhas da Criação Velha, com início no Porto do Calhau, no lugar do Monte. Antes ou depois, não querará perder a oportunidade de contemplar (de longe) mais dois exemplos de casas solarengas construídas nas vinhas: o Solar dos Salema e o Solar dos Lima.

De volta a **Madalena**, a Rota do Vinho termina com uma visita às instalações da **8 Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico**, a mais antiga da ilha. A proposta é começar por uma visita guiada aos armazéns e conhecer todo o processo de produção do vinho nos dias de hoje, desde a chegada das uvas, produção, envelhecimento e engarra-



Paisagem do Pico



4



Vinho Verdelho do Pico

das que há mais tempo se dedica à cultura da vinha, a paisagem vinhateira ganha novo fôlego. **Em São João**, em pleno Parque Florestal, existe uma loja de artesanato e bar – **5 Desafios da Montanha** – que convida a uma pausa... para retemperar energias e dar, finalmente, conta da lista de lembranças para a família e amigos.

Outra possibilidade é – já em **São Mateus** – depois de passar a igreja, do lado esquerdo, entrar na casa de

das em pedra basáltica e de importantes armazéns onde o vinho é produzido e envelhecido. Com sorte, alguma das adegas, particulares, estará aberta, num convite sincero à conversa e a um copinho de angelica ou aguardente de figo.

Criação Velha é a paragem que se segue. Chegar não será difícil pois na zona todos os caminhos vão dar ao Património da Humanidade. Junto à igreja, a placa da rota sugere a visita ao Moinho do

famento do vinho e, depois, deixe-se conquistar por uma apetecida e merecida prova e compra de vinhos do Pico.

O espaço funciona todos os dias entre as 14h e as 16h30 e ao fim de semana (com marcação prévia), exceto em setembro, mês das vindimas. A adega conta com uma enóloga, cuja contratação foi enquadrada num projeto LEADER+.

Com crescentes índices de notoriedade, tendo sido decisiva a classificação da UNESCO, os vinhos do Pico

chegam aos quatro cantos do mundo, assumindo um papel importante na economia da ilha.

Cada vez mais, o Verdelho do Pico é visto como um produto cultural e cartaz turístico, oferecendo boas histórias para contar aos turistas, ao ponto de tornar obrigatória uma visita à ilha para conhecer verdadeiramente os Açores.

Rota do Vinho

ENTIDADE GESTORA DA ROTA

ADELIACOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores
Rua do Pasteleiro s/n
9900-069 Horta – Faial – Açores
T. 292 200 360
T. 913 397 808

www.adeliacor.org
adeliacor@sapo.pt

Guia/roteiro da Ilha do Pico disponível em:

www.itinerariosculturais.com
geral@itinerariosculturais.com



Quinta dos Moinhos Novos

“O LEADER foi muito importante porque é versátil. Apoiou a empresa nas diversas fases de crescimento e desenvolvimento, de acordo com as suas necessidades reais e concretas”
Manuel Barroso,
Quinta dos Moinhos Novos

O projeto iniciou-se em 1991, na Póvoa de Lanhoso, a partir de duas explorações de pequenos ruminantes geridas por dois jovens agricultores e técnicos recém-licenciados em Engenharia Zootécnica. Foi criada uma pequena queijaria que, em meados da década de 1990, só produzia um tipo de queijo, o puro de cabra.

Com o apoio do LEADER a partir de 1993, através da ATAHCA, foi possível desenvolver as áreas produtivas (ampliação de instalações, novos equipamentos), de marketing (imagem de marca, rótulos, embalagens atrativas, promoção em feiras e exposições) e melhoria da distribuição (viaturas de transporte).

A empresa e o negócio foram sempre evoluindo ao longo da vida do LEADER, tendo sido apoiados pelo LEADER II para criar novos produtos e melhorar as condições de armazenamento e conservação. Posteriormente, através do LEADER+, a empresa transferiu as instalações produtivas para o Parque Industrial de Vila Verde, aumentando a capacidade produtiva e de armazenamento, para fazer face ao crescimento no mercado da grande distribuição.

Atualmente é uma empresa consolidada no mercado dos laticínios, possuindo um gama diversificada com 18 diferentes tipologias de produtos, tendo também viabilizado as explorações agrícolas de pequenos ruminantes e criado vários postos de trabalho em meio rural, a maioria ocupado por mulheres.

<http://www.qmn.pt>

Localização	Póvoa do Lanhoso/Vila Verde
Data da candidatura	1993
Investimento total	366.400 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	12



Canil Montes Hermínios

“Com a ajuda do LEADER foi possível remodelar e alterar as condições no canil, sendo um impulso fulcral na promoção e valorização da raça de cães Serra da Estrela”
António Lourenço,
Canil Montes Hermínios

O gosto pelo cão da Serra da Estrela e a necessidade de salvaguardar a raça levaram António Lourenço a criar o canil Montes Hermínios. Viviam-se a década de 1960 e a forte emigração conduziu ao desaparecimento de muitos rebanhos, logo, ao abandono do guardião do gado e do fiel companheiro do pastor. Os criadores resolveram então desenvolver o potencial da raça e comercializá-la: o cão da Serra da Estrela deixou de ser associado apenas à pastorícia, tornando-se um bom cão de família, procurado por ser “companheiro, fiel, agreste e robusto”, como caracteriza o criador.

Com o objetivo de preservar e divulgar esta raça portuguesa, António Lourenço criou no seu canil em Gouveia, num ambiente familiar, condições de estímulo e evolução para os cães da Serra da Estrela.

Através do programa LEADER I, António Lourenço, considerado um dos pioneiros na criação e defesa do cão da Serra da Estrela, conseguiu remodelar e alterar o canil, melhorando a qualidade de vida dos cães que o habitam e as condições para a criação, desenvolvimento e comercialização da raça. O promotor recorda ainda o papel da ADRUSE, que, em 1993/94, através do programa LEADER, apoiou a implantação do *chip* eletrónico, tendo sido o cão Serra da Estrela a primeira raça portuguesa com identificação eletrónica.

<http://www.canilmontesherminios.com>

Localização	Gouveia
Data da candidatura	1993/94
Investimento total	8.150,81 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	0



Casa da Portela

“A ADICES e o LEADER foram fundamentais na procura da localização da habitação para o projeto da Casa da Portela”
Zulmira Marques,
Casa da Portela

Confrontada com uma situação de desemprego aos 42 anos, mas dotada de um espírito empreendedor e inovador, Zulmira Marques tomou a decisão de criar o seu próprio emprego, iniciando a carreira de empresária a nível individual na prestação de serviço de hospedagem na sua casa. Desta iniciativa nasceu, há cerca de 14 anos, o projeto turístico Casa da Portela, quando esta empresária adquiriu e adaptou uma habitação de características rurais situada em plena paisagem natural da Serra do Caramulo, na aldeia típica de S. João do Monte.

Dada a decisão de fazer frente ao desemprego acentuado nas regiões rurais, Zulmira apostou na dinamização de um negócio assente na prestação do serviço de alojamento temporário e outros serviços complementares de apoio aos turistas. Com o apoio da ADICES, foi possível localizar a habitação com as características pretendidas para o projeto e com o apoio financeiro do LEADER conseguir adaptar a casa para a vertente de negócio turístico.

Mais tarde, em conjunto com o marido, adaptaram e ampliaram as estruturas existentes, dotando as instalações de uma piscina, equipamento básico de apoio à piscina e cozinha, material informático e produção de material promocional. Tudo isto também com o apoio do LEADER. Baseando-se no lema do “bem servir e bem receber”, além do serviço de alojamento e serviço ocasional de refeições, disponibiliza ainda uma vasta oferta de atividades como passeios pedestres e todo o terreno e visitas guiadas.

<http://www.casa-portela.com>

Localização	Tondela
Data da candidatura	1997
Investimento total	61.766 EUR
Comparticipação LEADER	43%
Postos de trabalho criados	1